

Índice das Notas Explicativas

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, distribuídas da seguinte forma:

Página

Nota 1	Contexto operacional	03
Nota 2	Apresentação das demonstrações contábeis	03
Nota 3	Caixa Participações S/A – CAIXAPAR	05
Nota 4	Principais práticas contábeis	05
Nota 5	Caixa e equivalentes de caixa	10
Nota 6	Aplicações interfinanceiras de liquidez	11
Nota 7	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12
Nota 8	Relações interfinanceiras - Créditos vinculados	22
Nota 9	Carteira de crédito	24
Nota 10	Outros créditos	35
Nota 11	Outros valores e bens	38
Nota 12	Investimentos	38
Nota 13	Imobilizado	39
Nota 14	Intangível	40
Nota 15	Diferido	40
Nota 16	Depósitos e captações no mercado aberto	41
Nota 17	Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário	46
Nota 18	Obrigações por empréstimos	46
Nota 19	Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	47
Nota 20	Outras obrigações	48
Nota 21	Patrimônio líquido	52
Nota 22	Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	53
Nota 23	Receitas da intermediação financeira	55
Nota 24	Despesas da intermediação financeira	55
Nota 25	Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	56
Nota 26	Despesas com pessoal	57
Nota 27	Despesas administrativas	57
Nota 28	Outras receitas operacionais	58
Nota 29	Outras despesas operacionais	58
Nota 30	Resultado não operacional	59

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota 31	Despesas tributárias	59
Nota 32	Passivos contingentes	59
Nota 33	Partes relacionadas	63
Nota 34	Benefícios a empregados	65
Nota 35	Gerenciamento do risco corporativo	69
Nota 36	Eventos subseqüentes	81
Nota 37	Outras informações	82

Nota - 1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente a União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, saneamento básico, infra-estrutura urbana, bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, letras hipotecárias, depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos de investimentos, de fundos e de programas sociais, entre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, que possuem contabilidade própria e suas operações são apresentadas em demonstrações contábeis individuais.

Conforme artigo 1º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, a CAIXA constituiu em 31 de março de 2009 a sociedade comercial, sob a forma de sociedade anônima, denominada Caixa Participações S.A. (CAIXAPAR) com o capital social de R\$ 2.500.000 representado por 2.500.000 ações ordinárias com vistas ao cumprimento de atividades de seu objeto social e à aquisição de participações acionárias em instituições financeiras públicas ou privadas do setor financeiro ou do ramo de atividades a ele vinculadas

Nota - 2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da CAIXA são de responsabilidade da Administração e a partir de 30 de junho de 2010 as demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Instituição Financeira CAIXA e a sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Para permitir um melhor entendimento da evolução patrimonial e dos resultados do CAIXA, apresentamos também as informações referentes à setembro de 2009 consolidadas.

Para a elaboração dessas demonstrações consolidadas, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

sendo que a carteira de títulos para negociação e os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo com reflexo no resultado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela administração quanto a estimativas relativas: à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para contingências; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Por meio da Resolução do CMN nº 3.786/2009 e da Carta Circular nº 3.472/2009 o Banco Central do Brasil reiterou o compromisso assumido com a convergência brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) estabelecendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor, devem, a partir da data base de 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar até noventa dias após essa data suas demonstrações contábeis consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do parecer do auditor independente, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board.

A CAIXA concluiu os estudos dos impactos da adoção das referidas normas internacionais e atualmente o processo de elaboração dessas demonstrações contábeis encontra-se em fase de validação pela auditoria externa com a previsão de conclusão nos prazos estabelecidos pelo BACEN.

Visando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade (BRGAAP) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) o Banco Central do Brasil já aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.566/2008
- CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa; aprovado pela Resolução do CMN nº 3.604/2008
- CPC 05 - Divulgação sobre Partes relacionadas, aprovado pela Resolução do CMN nº 3.750/2009;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009

Os pronunciamentos acima descritos já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, sendo que as demais normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil serão adotadas assim que aprovadas pelo órgão regulador.

A aprovação das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30 de setembro de 2010 foram concedidas de acordo com a deliberação dos conselheiros em 11 de novembro de 2010.

Nota - 3 Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR

A Caixa Participações é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000, por intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

Em 29 de janeiro de 2010 foi integralizada parcela adicional do capital da CAIXAPAR, autorizado pelo Conselho de Administração da CAIXA, conforme aprovação em ata nº 211, no valor de R\$ 1.185.218, sendo: R\$ 1.177.778 por meio da transferência de participações existentes na CAIXA e R\$ 7.440 em dividendos a receber, conforme demonstra quadro abaixo:

Descrição	Valor Integralizado
Caixa Seguros	1.074.136
VISANET/CIELO	65.824
TECBAN	31.818
CIBRASEC	6.000
Dividendos Caixa Seguros	7.440
Total	1.185.218

Em 28 de junho de 2010 foi integralizada parcela para compor o capital social da CAIXAPAR autorizado pela Resolução do Conselho Diretor CAIXA nº 4.250/2009 no valor de R\$ 64.782, totalizando o capital social da empresa no montante de R\$ 2.500.000.

O quadro abaixo apresenta o valor do patrimônio líquido da CAIXAPAR:

Descrição	Participação CAIXA %	2010		2009
		30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
CAIXA PARTICIPAÇÕES	100	2.895.084	2.720.666	256.723

Em 01 de dezembro de 2009, foi celebrado entre a Caixa Participações S.A. e o Grupo Silvio Santos Participações Ltda, contrato de compra e venda de ações para aquisição de 35,54% do total do capital social do Banco Panamericano S.A., por intermédio da aquisição de 64.621.700 ações ordinárias, equivalentes a 49% do capital social votante e 24.712.286 ações preferenciais equivalentes 21,97% das ações preferenciais do referido banco.

Em 19 de julho de 2010 o Banco Central por meio do ofício Deorf/Gabin – 2010/06731 aprovou o ingresso da CAIXAPAR no grupo de controle do Banco Panamericano restando apenas a apresentação dos pertinentes atos relativos à conclusão da operação.

No exercício de 2010, foram apropriados R\$ 342.384 provenientes das receitas de participações em coligadas e controladas pela CAIXAPAR que representam o resultado da equivalência patrimonial da Caixa Seguros de R\$ 306.475, CIBRASEC de R\$ 717 e Banco Panamericano de R\$ 35.192..

Nota - 4 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela CAIXA estão assim resumidas:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate, retificados por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondente ao período futuro. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades em moeda nacional são avaliadas pelo seu valor de face, e as em moedas estrangeiras são convertidas usando-se a taxa de fechamento divulgada pelo BACEN na data do Balanço Patrimonial.

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, de numerário, de moeda estrangeira, as aplicações em operações interfinanceiras compromissadas, com vencimento original de até 90 dias e que apresentam risco mitigado de mudança de valor justo, consideradas na gestão dos compromissos a curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

(d) Títulos e valores mobiliários

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

- Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste ao valor justo TVM e derivativos". As valorizações/desvalorizações serão levadas a resultados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos.

- Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os rendimentos dos títulos, independente de como são classificados, são apropriados “pro-rata” dia, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração e registrados em conta de resultado.

As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, sendo sua finalidade destinada à proteção contra riscos (*hedge*) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

O valor justo foi estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação na data de apuração ou na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos semelhantes ou na falta desses, métodos próprios de precificação.

Quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação, associado a operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a avaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

(f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas observando a avaliação da Administração, realizada periodicamente, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. A avaliação classifica os devedores em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso		Classificação do cliente
Prazo normal	Prazo especial (i)	
• de 15 a 30 dias	• de 30 a 60 dias	B
• de 31 a 60 dias	• de 61 a 120 dias	C
• de 61 a 90 dias	• de 121 a 180 dias	D
• de 91 a 120 dias	• de 181 a 240 dias	E
• de 121 a 150 dias	• de 241 a 300 dias	F
• de 151 a 180 dias	• de 301 a 360 dias	G
• superior a 180 dias	• superior a 360 dias	H

(i) Compreendem as operações com prazo remanescente de vencimento superior a 36 meses, conforme Resolução do CMN nº 2.682/1999.

As atualizações das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias (360 dias – prazo especial), são baixadas contra a provisão, e controladas por no mínimo cinco anos em contas de compensação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

(g) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A partir de 1º maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas (até 30 de abril de 2008, alíquota era de 9% para todas as empresas).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância os critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.059/2002 alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Os créditos tributários são objetos de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base.

A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

(h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

(i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas, coligadas e equiparadas às sociedades coligadas, cuja influência seja significativa ou presumidamente significativa, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e submetidos a testes de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição para fins de mensuração futura e de determinação do seu valor recuperável, e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(j) Imobilizado

O ativo imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidas com essas finalidades, conforme estabelece a Resolução CMN nº. 3.642/2008. O ativo é registrado ao custo de aquisição ou formação, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, com incorporação ao custo do valor do saldo da reserva de reavaliação por força da Resolução do CMN nº 3.617/2008, submetidos a testes de redução ao valor recuperável e depreciados pelo método linear sem valor residual.

(l) Intangível

Registrado ao custo de aquisição e formação dos bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, deduzido da amortização, quando aplicável, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável.

(m) Diferido

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear no prazo de até cinco anos, e sujeito a teste de redução ao valor recuperável.

Conforme determinado na Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes, constituídos até setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva baixa.

(n) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço.

(o) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/2009, que adota as premissas contidas no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

(i) Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a administração possui evidências de que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Passivos contingentes – são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos internos, for caracterizado como provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, considerando a natureza da atividade da CAIXA. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados.

(p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base “pro-rata” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base “pro-rata” dia).

(q) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. As perdas são reconhecidas diretamente no resultado do período.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios de curto prazo devidos aos empregados são reconhecidos contabilmente no resultado do período em que o empregado faz jus ao benefício.

O reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, para os benefícios pós-emprego, é efetuado de acordo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371/2000.

(i) A parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida como receita ou despesa, corresponde ao valor dos ganhos e perdas acumulados não reconhecidos, que exceder, em cada exercício, ao maior dos seguintes limites:

- I. 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido;
- II. 10% do valor justo dos ativos do plano.

(ii) Desta forma, a parcela dos ganhos ou perdas atuariais a ser reconhecida em cada exercício, será o valor resultante da divisão do montante dos ganhos e perdas atuariais acumulados conforme item (i), pelo tempo médio remanescente de serviço estimado para os empregados participantes do plano.

Nota - 5 Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Caixa	1.727.167	1.743.061	1.742.446
Disponibilidade em moeda nacional	1.648.323	1.465.455	1.132.204
Disponibilidade em moeda estrangeira	71.042	37.485	77.248
Total de Disponibilidades (caixa)	3.446.532	3.246.001	2.951.898
Aplicações interfinanceiras de liquidez*	35.498.502	31.555.452	54.840.094
Total	38.945.034	34.801.453	57.791.992

* Operações com vencimento na data efetiva de aplicação igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2010						2009			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Aplicações no mercado aberto										
Posição bancada	30.520	-	-	-	30.520	0,09	1.549	-	10.938.577	19,95
Letras Financeiras do Tesouro	30.030	-	-	-	30.030	0,09	34	-	551.214	1,01
Letras do Tesouro Nacional	490	-	-	-	490	-	1.515	-	2.208.619	4,03
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	8.178.744	14,91
Posição financiada	35.467.983	-	-	-	35.467.983	99,91	31.457.624	100,00	43.747.281	79,77
Letras Financeiras do Tesouro	19.457.674	-	-	-	19.457.674	54,81	21.764.372	68,97	8.784.051	16,02
Letras do Tesouro Nacional	16.010.309	-	-	-	16.010.309	45,10	9.693.252	30,72	15.072.399	27,48
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	19.890.831	36,27
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	96.279	0,31	154.236	0,28
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	96.318	0,31	154.933	0,28
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	-	-	-	-	-	-	(39)	-	(697)	-
Total	35.498.502	-	-	-	35.498.502	100,00	31.555.452	100,00	54.840.094	100,00
Ativo circulante	35.498.502	-	-	-	35.498.502	100,00	31.555.452	100,00	54.840.094	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Rendas de aplic em oper compromissadas:	1.025.411	830.685	2.945.936	3.384.310
Posição bancada	11.888	17.972	251.093	520.493
Posição financiada	1.013.523	812.713	2.694.843	2.863.817
Rendas de aplic em depósitos interfinanceiros	1.895	2.098	5.839	113.123
Total	1.027.306	832.783	2.951.775	3.497.433

Nota - 7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
I - Títulos para negociação	36.534.892	33,78	37.083.545	33,70	31.946.982	29,40
Letras Financeiras do Tesouro	7.154.018	6,61	7.823.230	7,10	7.870.762	7,25
Letras do Tesouro Nacional	21.738.323	20,10	21.868.544	19,90	10.824.577	9,98
Notas do Tesouro Nacional	7.577.997	7,01	7.329.104	6,66	13.231.498	12,20
Debêntures	48.626	0,04	48.253	0,04	5.692	0,01
Cotas de Fundos	15.928	0,01	14.414	0,01	14.453	0,01
II - Títulos disponíveis para venda	2.020.495	1,86	1.311.068	1,19	1.604.506	1,48
Letras Financeiras do Tesouro	224.126	0,20	236.028	0,21	271.228	0,25
Notas do Tesouro Nacional	9.749	0,01	27.163	0,02	356.597	0,33
Títulos da Dívida Agrária	259	0,00	252	-	255	-
Certificado Financeiro do Tesouro	62.241	0,06	60.998	0,06	57.626	0,05
Debêntures	304.582	0,28	302.298	0,27	316.599	0,29
Notas Promissórias	704.269	0,65	-	-	-	-
Cotas de Fundos	6.256	0,01	3.613	-	635	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	65.495	0,06	66.589	0,06	70.719	0,07
Outros	643.518	0,59	614.127	0,56	530.847	0,49
III - Títulos mantidos até o vencimento	69.611.694	64,36	71.718.185	65,10	74.965.228	69,10
Letras Financeiras do Tesouro	5.508.785	5,09	5.464.659	4,96	15.416.767	14,20
Letras do Tesouro Nacional	9.450.682	8,74	9.223.497	8,38	8.580.993	7,91
Notas do Tesouro Nacional	53.004.558	49,00	53.618.950	48,70	47.476.448	43,80
Tesouro Nacional/Securitização	1.647.669	1,52	2.635.304	2,39	3.228.481	2,98
Debêntures	-	-	55.849	0,05	54.733	0,05
Notas Promissórias	-	-	719.926	0,65	207.806	0,19
Instrumentos Financeiros Derivativos	1	-	164	-	271	-
Total	108.167.082	100,00	110.112.962	100,00	108.516.987	100,00
Ativo circulante	51.136.068	47,28	52.286.548	47,48	44.651.421	41,15
Ativo não circulante	57.031.014	52,72	57.826.414	52,52	63.865.566	58,85

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos por prazo

(b.1) Categoria I - Títulos para negociação

	2010							2009					
	30 de setembro							30 de junho			30 de setembro		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Resultado)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	6.662.987	7.992.133	8.304.299	13.491.097	36.450.516	19.822	36.470.338	37.109.775	(88.897)	37.020.878	31.785.316	141.521	31.926.837
Letras Financeiras do Tesouro	-	199.984	4.003.648	2.951.381	7.155.013	(995)	7.154.018	7.824.253	(1.023)	7.823.230	7.871.556	(794)	7.870.762
Letras do Tesouro Nacional	6.662.987	7.792.149	3.835	7.271.099	21.730.070	8.253	21.738.323	21.953.060	(84.516)	21.868.544	10.824.303	274	10.824.577
Notas do Tesouro Nacional	-	-	4.296.816	3.268.617	7.565.433	12.564	7.577.997	7.332.462	(3.358)	7.329.104	13.089.457	142.041	13.231.498
Títulos Empresa	-	-	5.584	58.365	63.949	605	64.554	62.142	525	62.667	19.634	511	20.145
Debêntures	-	-	5.584	42.437	48.021	605	48.626	47.728	525	48.253	5.180	511	5.691
Cotas de Fundos	-	-	-	15.928	15.928	-	15.928	14.414	-	14.414	14.454	-	14.454
Total	6.662.987	7.992.133	8.309.883	13.549.462	36.514.465	20.427	36.534.892	37.171.917	(88.372)	37.083.545	31.804.950	142.032	31.946.982
% Pz Venc.	18,25	21,29	37,22	28,23	100,00	-	-	100,00	-	-	100,00		

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

	2010										2009		
	30 de setembro						30 de junho				30 de setembro		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste a Valor de Mercado (Patrimônio)	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	-	2.627	874.107	876.734	3.783	880.517	877.058	3.536	880.594	1.149.720	9.907	1.159.627
Letras Fin. do Tesouro	-	-	-	223.454	223.454	672	224.126	235.236	792	236.028	270.032	1.196	271.228
Notas Tesouro Nacional	-	-	2.382	5.223	7.605	2.144	9.749	25.152	2.011	27.163	348.313	8.284	356.597
Títulos da Dívida Agrária	-	-	245	-	245	14	259	236	16	252	228	26	255
Certificado Fin. Tesouro	-	-	-	61.288	61.288	953	62.241	60.281	717	60.998	57.224	401	57.626
Outros	-	-	-	584.142	584.142	-	584.142	556.153	-	556.153	473.922	-	473.922
Títulos Empresa	-	-	68.382	1.027.972	1.096.354	43.624	1.139.978	388.402	42.072	430.474	407.728	37.641	444.878
Debêntures	-	-	68.382	227.728	296.110	8.472	304.582	293.500	8.798	302.298	310.293	6.306	316.599
Notas Promissórias	-	-	-	704.330	704.330	(61)	704.269	-	-	-	-	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	6.256	6.256	-	6.256	3.613	-	3.613	635	-	635
Certificados Recebíveis Imobiliários	-	-	-	64.702	64.702	793	65.495	66.333	256	66.589	71.938	(1.219)	70.719
Outros	-	-	-	24.956	24.956	34.420	59.376	24.956	33.018	57.974	24.862	32.064	56.926
Total	-	-	71.009	1.902.079	1.973.088	47.407	2.020.495	1.265.460	45.608	1.311.068	1.557.448	47.548	1.604.506

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

	2010						2009			
	30 de setembro					30 de junho		30 de setembro		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos Públicos Brasil	-	2.931.435	23.987.503	42.692.756	69.611.694	70.871.888	70.942.410	70.870.906	74.702.690	75.370.869
Letras Financeiras do Tesouro	-	413.792	2.192.673	2.902.320	5.508.785	5.508.260	5.464.659	5.464.138	15.416.767	15.426.683
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	9.450.682	9.450.682	9.439.178	9.223.497	9.167.122	8.580.993	8.571.116
Notas do Tesouro Nacional	-	2.517.643	21.794.830	28.692.085	53.004.558	54.554.882	53.618.950	54.063.567	47.476.448	48.633.659
Tesouro Nacional /Securitização	-	-	-	1.647.669	1.647.669	1.369.569	2.635.304	2.176.079	3.228.482	2.739.411
Títulos Empresa	-	-	-	-	-	-	775.775	773.043	262.538	261.523
Debêntures	-	-	-	-	-	-	55.849	53.334	54.732	53.720
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	719.926	719.709	207.806	207.803
Total	-	2.931.435	23.987.503	42.692.756	69.611.694	70.871.888	71.718.185	71.643.949	74.965.228	75.632.392

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Classificação consolidada por prazos

Descrição	30 de setembro											
	Custo	Provisão para Ajuste a Valor de Mercado refletida		Valor de Mercado categoria I e II	Valor de Mercado*	%	0 -30	31 - 90	91 - 180	181 - 360	361 - 720	Acima de 720 dias
		Resultado	Patrimônio Líquido									
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	106.938.944	19.822	3.783	106.962.549	108.222.743	98,90	6.662.988	10.571.571	351.997	32.294.428	20.770.199	36.287.762
Letras Financeiras do Tesouro	12.887.252	(995)	672	12.886.929	12.886.404	11,78	-	261.779	351.997	6.196.321	675.146	5.402.009
Letras do Tesouro Nacional	31.180.752	8.253	-	31.189.005	31.177.501	28,49	6.662.988	7.792.149	-	3.835	15.867.369	854.412
Notas do Tesouro Nacional	60.577.597	12.564	2.144	60.592.305	62.142.629	56,79	-	2.517.643	-	26.094.027	4.227.684	27.738.243
Tesouro Nacional/Securitização	1.647.669	-	-	1.647.669	1.369.569	1,25	-	-	-	-	-	1.647.669
Títulos da Dívida Agrária	245	-	14	259	259	0,00	-	-	-	245	-	-
Certificado Financeiro do Tesouro	61.288	-	953	62.241	62.241	0,06	-	-	-	-	-	61.288
Outros	584.141	-	-	584.141	584.141	0,53	-	-	-	-	-	584.141
TÍTULOS PRIVADOS	1.160.303	605	43.624	1.204.532	1.204.532	1,10	-	-	-	73.966	704.408	381.929
Debêntures	344.131	605	8.472	353.208	353.208	0,32	-	-	-	73.966	78	270.087
Notas Promissórias	704.330	-	(61)	704.269	704.269	0,64	-	-	-	-	704.330	-
Cotas de Fundos	22.184	-	-	22.184	22.184	0,02	-	-	-	-	-	22.184
Cert. de Recebíveis Imob.	64.702	-	793	65.495	65.495	0,06	-	-	-	-	-	64.702
Outros	24.956	-	34.420	59.376	59.376	0,05	-	-	-	-	-	24.956
SUBTOTAL - TVM	108.099.247	20.427	47.407	108.167.081	109.427.275	100,00	6.662.988	10.571.571	351.997	32.368.394	21.474.607	36.669.691
Títulos para Negociação	36.514.465	20.427	-	36.534.892	36.534.892	33,39	6.662.988	7.792.149	199.984	8.309.883	9.804.804	3.744.658
Títulos Disponíveis para Venda	1.973.088	-	47.407	2.020.495	2.020.496	1,85	-	-	-	71.009	704.408	1.197.671
Títulos Mantidos até o Vencimento	69.611.694	-	-	69.611.694	70.871.888	64,77	-	2.779.422	152.013	23.987.502	10.965.395	31.727.362
DERIVATIVOS (ATIVO)	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-
DERIVATIVOS (PASSIVO)	2.710	-	-	-	2.710	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL TVM E DERIV. (ATIVO)	108.099.248	20.427	47.407	108.167.082	109.427.277	100,00	6.662.988	10.571.571	351.997	32.368.394	21.474.607	36.669.691
TOTAL TVM E DERIV. (PASSIVO)	2.710	-	-	-	2.710	-	-	-	-	-	-	-

* Os títulos Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado para análise, entretanto a referida marcação não tem efeito no resultado ou no patrimônio líquido.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

Descrição	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	%
		Compromissos de Revenda	Prestação de Garantias	Banco Central			
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	74.300.394	32.394.272	266.704	1.179	1	106.962.550	98,89
Letras Financeiras do Tesouro	5.251.192	7.635.584	153	-	-	12.886.929	11,91
Letras do Tesouro Nacional	28.591.526	2.332.007	265.472	-	-	31.189.005	28,84
Notas do Tesouro Nacional	38.163.366	22.426.681	1.079	1.179	-	60.592.305	56,02
Tesouro Nacional/Securitização	1.647.669	-	-	-	-	1.647.669	1,52
Títulos da Dívida Agrária	259	-	-	-	-	259	0
Certificado Financeiro do Tesouro	62.241	-	-	-	-	62.241	0,06
Outros	584.141	-	-	-	1	584.142	0,54
TÍTULOS DE EMPRESAS	1.204.532	-	-	-	-	1.204.532	1,11
Debêntures	353.208	-	-	-	-	353.208	0,33
Notas Promissórias	704.269	-	-	-	-	704.269	0,65
Cotas de Fundos	22.184	-	-	-	-	22.184	0,02
Certificados de Recebíveis Imobiliários	65.495	-	-	-	-	65.495	0,06
Outros	59.376	-	-	-	-	59.376	0,05
30 de setembro de 2010	75.504.926	32.394.272	266.704	1.179	1	108.167.082	100,00
30 de junho de 2010	72.777.996	36.922.712	410.889	1.201	164	110.112.962	100,00
30 de setembro de 2009	72.495.284	24.085.549	450.950	11.484.933	271	108.516.987	100,00

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento é em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17%. Tendo por base a Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União está autorizada a permutá-los por outros títulos de emissão do Tesouro Nacional ao valor de face atualizado. Ciente de que a permuta, quando necessária, será realizada e considerando a capacidade financeira da CAIXA, a Administração decidiu classificar os referidos títulos na categoria mantidos até o vencimento – Tesouro Nacional/Securitização.

(e) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2010			2009
	3º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Operações compromissadas	1.025.411	830.685	2.945.936	3.384.310
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.895	2.098	5.839	113.123
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.876	47.320	166.743	210.249
Ativos financeiros mantidos para negociação	993.435	681.001	2.365.616	2.921.902
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.585.994	1.992.355	5.834.148	6.996.579
Total	3.658.611	3.553.459	11.318.282	13.626.163

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) registrados em contas patrimoniais e contas de compensação que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados com instrumentos de hedge, destinam-se a proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos. Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada por causa dos ajustes diários. Os contratos de swap, registrados na Cetip e na BM&F, estão sujeitos a risco de crédito no caso de a contraparte não ter capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swap" em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 2.416 (2009 - R\$ 29.988).

As posições desses derivativos têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação, e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 26.038.272 (2009 - R\$ 13.734.427). O diferencial a pagar de Swap nessa data monta R\$ 2.587 (2009 - R\$ 922) e o diferencial a receber de Swap, R\$ 1 (2009 - R\$ 271).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(g) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação

	2010								2009			
	30 de setembro				30 de junho				30 de setembro			
	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / a pagar	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado	Conta de compensação valor referencial	Valor patrimonial a receber / Pago	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Contratos de futuros	24.961.140	-	-	24.961.140	28.460.244	-	-	28.460.244	12.286.419	-	-	12.286.419
Compromissos de venda	24.961.140	-	-	24.961.140	28.460.244	-	-	28.460.244	12.286.419	-	-	12.286.419
Moeda estrangeira	-	-	-	-	8.148	-	-	8.148	6.231	-	-	6.231
Índices	24.961.140	-	-	24.961.140	28.452.096	-	-	28.452.096	12.280.188	-	-	12.280.188
Contratos de swaps												
Posição ativa												
Taxa Referencial	921.399	1	81.123	1.002.523	1.484.425	164	95.131	1.579.720	1.320.152	271	16.859	1.336.053
Posição passiva												
Pós-Fixados	921.399	2.587	81.961	1.005.947	1.484.425	1.598	93.697	1.579.720	1.320.152	922	15.901	1.337.011

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, local de negociação, contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor de custo e valor de mercado:

	2010							2009	
	30 de setembro						30 de junho	30 de setembro	
	1 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
ATIVO –DI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	6.642.841	-	5.938.120	7.380.170	3.950.866	1.049.142	24.961.139	28.452.096	12.280.189
ATIVO DOLAR - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	8.149	6.231
ATIVO DOLAR - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	-	464	-	-	-	-	464	-	-
ATIVO DDI - Futuros - posição vendida									
BM&F Bovespa	-	-	4.939	-	-	-	4.939	-	-
ATIVO DDI - Futuros - posição comprada									
BM&F Bovespa	-	-	4.933	-	-	-	4.933	-	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

	2010			2009
	3º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Swap	(2.367)	(745)	(3.280)	(1.644)
Futuro	(95.785)	326	(137.397)	(387.325)
Total	(98.152)	(419)	(140.677)	(388.969)

(j) Margem de garantia

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco em aberto, visando assegurar o cumprimento de todos os contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Títulos públicos	264.526	239.798	230.123
- Notas do Tesouro Nacional	1.079	-	-
- Letras do Tesouro Nacional	263.447	239.798	230.123

(l) Marcação a mercado

A marcação a mercado desempenha importante papel no gerenciamento do risco de mercado, demonstrando as flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição. Seu objetivo é estimar os preços dos fatores de risco de mercado aos quais estão expostas as operações ativas e passivas e, conseqüentemente, os preços que reflitam, da melhor maneira possível, as condições de negociação das posições das carteiras da CAIXA no mercado financeiro.

Na CAIXA, o processo de marcação a mercado é baseado nas cotações de mercado, quando existente. Na inexistência de mercado ativo adota-se a construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das curvas de taxas de juros de mercado. Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, sendo utilizados modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido e as curvas a partir dos preços e taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

A atividade de marcação a mercado está inserida no processo de gerenciamento do risco de mercado e é executada por unidade específica, sob a responsabilidade do Vice-Presidente de Controle e Risco.

A metodologia de marcação a mercado da CAIXA está alinhada às melhores práticas de governança corporativa e gestão de riscos. Abrange todas as operações ativas e passivas da Instituição que possuem essa exigência e tem como princípios fundamentais a transparência da informação e a independência da unidade gestora.

Os preços e taxas utilizados na avaliação do valor de mercado das operações ativas e passivas são oriundos de fontes com representatividade e confiabilidade no mercado: preços

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

públicos ou disponíveis a todas as instituições financeiras e preços decorrentes de coletas privadas ou acessíveis a um grupo específico ou limitado destas instituições.

Os dados são capturados e utilizados para representar as informações de mercado relativas ao mesmo momento, sendo validados sob os aspectos físicos e lógicos.

A validação física ou de integridade consiste em verificar se os dados de mercado capturados nas fontes primárias e disponíveis nos sistemas envolvidos no processo de marcação a mercado apresentam os mesmos valores.

A validação lógica consiste em verificar se os dados capturados são consistentes e compatíveis com o comportamento do mercado, evitando imprecisões, erros ou não sincronismo e compreende duas funcionalidades:

- Verificação comparativa entre os valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado e os valores e estruturas temporais geradas em dias anteriores ou apresentadas pelos fatores de risco dos instrumentos, contratos, ativos ou títulos que possam servir de referência.
- Verificação absoluta para detectar e observar variações e descontinuidades inesperadas ou inconsistentes dentro dos próprios valores ou estruturas temporais geradas pelos modelos de marcação a mercado, como, por exemplo, as variações no valor da taxa a termo utilizada para a interpolação ou extrapolação dos dados.

Nota - 8 Relações interfinanceiras - Créditos vinculados

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, assim como não estão incluídos nas disponibilidades.

Descrição	Remuneração	2010		2009
		30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	4.205.966	3.966.599	3.000.305
Compulsório sobre depósito de poupança	TR + 6% a.a	24.499.292	23.090.085	20.833.864
Compulsório adicional (1)	Taxa selic	18.471.055	17.188.266	7
Total		47.176.313	44.244.950	23.834.176

(1) Conforme Circular BACEN nº3.486/10, a partir de 2010 a exigibilidade adicional passou a ser recolhida em espécie com as seguintes alíquotas: depósitos à vista e a prazo – 8%; e depósitos de poupança – 10%, sendo que até dezembro de 2009 a exigibilidade estava vinculada em títulos.

(b) A rubrica "Sistema Financeiro da Habitação - SFH" inclui preponderantemente os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante de R\$ 28.881.970 (2009 – R\$ 27.356.125) e provisões de R\$ 3.062.333 (2009 – 3.347.566), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
Situação dos contratos	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Não habilitados (i)	2.574.161	(451.171)	2.621.103	(463.257)	2.542.602	(549.175)
Habilitados e não homologados (ii)	5.383.035	(1.940.275)	5.218.707	(1.889.306)	5.194.498	(2.085.521)
Habilitados e homologados (iii)	20.924.774	(670.887)	20.426.235	(652.195)	19.619.025	(712.870)
Total	28.881.970	(3.062.333)	28.266.045	(3.004.758)	27.356.125	(3.347.566)

(i) Representam contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(ii) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte da CAIXA e/ou do FCVS, para homologação final do FCVS.

(iii) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000, para a sua realização.

A provisão para créditos junto ao FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Créditos vinculados ao BACEN	885.277	753.172	2.003.358	988.612
Créditos vinculados ao SFH	483.207	422.739	1.318.232	1.355.933
Total	1.368.484	1.175.911	3.321.590	2.344.545

Nota - 9 Carteira de crédito

(a) Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

(a.1) Curso normal

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	2.942.319	2.006.262	1.806.332	4.924.861	7.613.866	21.263.605	40.557.245	29,52	39.110.842	31,20	29.784.076	32,39
Financiamentos	883.517	210.953	203.350	574.277	995.368	5.536.163	8.403.628	6,12	8.027.717	6,40	5.390.369	5,86
Financiamentos imobiliários	1.785.662	964.404	968.354	2.899.104	5.742.120	63.431.590	75.791.234	55,18	67.429.118	53,77	47.907.134	52,10
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	60.013	60.011	59.871	179.499	358.771	9.621.641	10.339.806	7,53	8.721.277	6,96	7.015.703	7,63
Outros Créditos	1.091.750	429.469	265.966	333.022	133.161	11.122	2.264.490	1,65	2.105.721	1,67	1.854.541	2,02
30 de setembro de 2010	6.763.261	3.671.099	3.303.873	8.910.763	14.843.286	99.864.121	137.356.403	100,00	-	-	-	-
30 de junho de 2010	6.250.799	3.454.389	3.079.553	8.277.364	13.916.269	90.416.301	-	-	125.394.675	100,00	-	-
30 de setembro de 2009	5.334.693	2.891.275	2.590.221	6.772.677	10.842.720	63.520.237	-	-	-	-	91.951.823	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.2) Curso anormal – Parcelas vincendas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	98.558	93.608	90.369	255.152	435.027	1.309.811	2.282.525	9,36	2.157.741	9,56	3.657.336	19,26
Financiamentos	29.343	28.573	27.719	73.784	127.116	362.604	649.139	2,66	695.438	3,07	517.246	2,72
Financiamentos imobiliários	833.727	263.569	263.620	789.083	1.564.306	17.646.401	21.360.706	87,54	18.774.107	83,14	14.468.413	76,20
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	981	981	981	2.943	5.886	86.583	98.355	0,40	944.347	4,18	333.405	1,76
Outros Créditos	8.905	234	80	235	405	826	10.685	0,04	10.574	0,05	10.463	0,06
30 de setembro de 2010	971.514	386.965	382.769	1.121.197	2.132.740	19.406.225	24.401.410	100,00	-	-	-	-
30 de junho de 2010	836.707	371.957	366.935	1.075.193	2.034.159	17.897.256	-	-	22.582.207	100,00	-	-
30 de setembro de 2009	610.308	364.694	360.273	1.054.303	1.990.436	14.606.849	-	-	-	-	18.986.863	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.3) Curso anormal – Parcelas vencidas

Descrição	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2010				2009	
							30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	351.266	169.092	180.730	441.046	572.107	86.032	1.800.273	54,26	1.836.143	55,42	1.802.041	62,03
Financiamentos	22.537	32.915	121.579	271.097	268.667	19.231	736.026	22,18	720.898	21,76	613.325	21,11
Financiamentos imobiliários	118.207	72.741	122.084	218.912	220.112	7.307	759.363	22,88	704.000	21,25	468.400	16,12
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	-	-	-	2.161	8	-	2.169	0,07	30.691	0,93	625	0,02
Outros Créditos	6.296	5.370	2.105	2.204	2.446	1.984	20.405	0,61	21.426	0,64	20.899	0,72
30 de setembro de 2010	498.306	280.118	426.498	935.420	1.063.340	114.554	3.318.236	100,00	-	-	-	-
30 de junho de 2010	511.851	283.574	448.046	930.906	1.029.531	109.250	-	-	3.313.158	100,00	-	-
30 de setembro de 2009	481.965	281.024	372.792	788.617	898.441	82.451	-	-	-	-	2.905.290	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a.4) Consolidação da composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2010				2009	
	Total em 30 de setembro (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 30 de junho (a1)+(a2)+(a3)	%	Total em 30 de setembro (a1)+(a2)+(a3)	%
Empréstimos e títulos descontados	44.640.043	27,04	43.104.726	28,49	35.243.451	30,96
Financiamentos	9.788.793	5,93	9.444.053	6,24	6.520.940	5,73
Financiamentos imobiliários	97.911.303	59,31	86.907.225	57,44	62.843.947	55,20
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	10.440.330	6,33	9.696.315	6,41	7.349.732	6,46
Outros Créditos (nota 10 c.1)	2.295.580	1,39	2.137.721	1,42	1.885.906	1,66
Total	165.076.049	100,00	151.290.040	100,00	113.843.976	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2010				2009	
										Total em 30 de setembro	%	Total em 30 de junho	%	Total em 30 de setembro	%
Empréstimos e títulos descontados	9.281.631	20.271.025	9.383.762	2.333.704	878.228	262.732	248.182	444.040	1.536.739	44.640.043	27,04	43.104.726	28,49	35.243.451	30,96
Financiamentos	2.642.274	4.130.231	934.121	381.161	369.318	135.461	119.722	200.238	876.267	9.788.793	5,93	9.444.053	6,24	6.520.940	5,73
Financiamentos imobiliários	69.589	43.130.704	29.517.152	17.900.985	1.203.275	577.043	470.524	461.246	4.580.785	97.911.303	59,31	86.907.225	57,44	62.843.947	55,20
Financiamentos de Infra-estrutura e desenvolvimento	624.226	5.917.220	1.759.153	1.499.495	603.459	36.777	-	-	-	10.440.330	6,33	9.696.315	6,41	7.349.732	6,45
Outros Créditos	758	1.187.048	472.410	193.540	330.818	47.727	9.910	12.101	41.268	2.295.580	1,39	2.137.721	1,42	1.885.906	1,66
30 de setembro de 2010	12.618.478	74.636.228	42.066.598	22.308.885	3.385.098	1.059.740	848.338	1.117.625	7.035.059	165.076.049	100,00	-	-	-	-
%	7,65	45,21	25,48	13,51	2,05	0,64	0,51	0,68	4,27	100,00	-	-	-	-	-
30 de junho de 2010	4.928.903	72.756.796	40.494.883	20.766.623	2.773.147	973.621	884.009	1.017.322	6.694.736	-	-	151.290.040	100,00	-	-
%	3,26	48,09	26,77	13,73	1,83	0,64	0,58	0,67	4,43	-	-	100,00	-	-	-
30 de setembro de 2009	8.204.583	45.711.171	30.985.536	18.097.427	3.042.688	765.911	642.516	950.299	5.443.845	-	-	-	-	113.843.976	100,00
%	7,21	40,15	27,22	15,9	2,67	0,67	0,56	0,83	4,78	-	-	-	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Faixas de vencimento e níveis de risco

(c.1) Curso normal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Normal									2010				2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
1 a 30	1.033.987	3.026.542	1.517.411	522.391	368.450	43.007	23.997	74.427	153.047	6.763.261	4,92	6.250.799	4,98	5.334.693	5,80
31 a 60	502.273	1.762.576	763.200	320.148	162.917	23.274	11.957	35.801	88.954	3.671.099	2,67	3.454.389	2,75	2.891.275	3,14
61 a 90	408.104	1.624.528	715.413	295.560	123.447	17.334	9.839	31.418	78.230	3.303.873	2,41	3.079.553	2,46	2.590.221	2,82
91 a 180	1.081.493	4.455.733	1.902.908	800.240	295.706	38.092	29.808	101.212	205.570	8.910.763	6,49	8.277.364	6,6	6.772.677	7,37
181 a 360	2.102.539	7.752.706	3.218.622	1.151.869	209.701	51.990	46.764	34.932	274.163	14.843.286	10,81	13.916.269	11,1	10.842.720	11,79
Acima de 360	7.367.949	48.453.755	26.750.939	13.892.349	1.176.514	176.904	142.246	159.058	1.744.407	99.864.121	72,70	90.416.301	72,11	63.520.237	69,08
Total	12.496.346	67.075.839	34.868.493	16.982.557	2.336.736	350.601	264.611	436.849	2.544.371	137.356.403	100,00	125.394.675	100,00	91.951.823	100,00
%	9,10	48,83	25,39	12,36	1,70	0,26	0,19	0,32	1,85	100,00	-	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.2) Curso anormal

	Níveis de risco														
	Operações em Curso Anormal									2010				2009	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Parcelas Vencidas	15.941	7.475.212	6.986.236	5.053.770	735.392	457.139	337.219	328.814	3.011.687	24.401.410	100,00	22.582.207	100,00	18.986.863	100,00
1 a 30	2.495	242.952	474.982	129.923	18.700	12.901	8.332	9.387	71.842	971.514	3,98	836.707	3,71	610.308	3,21
31 a 60	2.465	131.512	106.268	69.533	12.668	7.073	5.193	5.936	46.317	386.965	1,59	371.957	1,65	364.694	1,92
61 a 90	2.381	129.800	105.267	68.859	12.500	6.991	5.140	5.832	45.999	382.769	1,57	366.935	1,62	360.273	1,90
91 a 180	2.013	382.982	310.018	201.808	36.575	20.492	15.019	16.963	135.327	1.121.197	4,59	1.075.193	4,76	1.054.303	5,55
181 a 360	3.162	729.598	592.565	379.038	68.280	39.011	28.413	31.814	260.859	2.132.740	8,74	2.034.159	9,01	1.990.436	10,48
Acima de 360	3.425	5.858.368	5.397.136	4.204.609	586.669	370.671	275.122	258.882	2.451.343	19.406.225	79,53	17.897.256	79,25	14.606.849	76,93
Parcelas Vencidas	106.191	85.177	211.869	272.558	312.970	252.000	246.508	351.962	1.479.001	3.318.236	100,00	3.313.158	100,00	2.905.290	100,00
1 a 30	102.422	81.772	165.523	46.628	25.729	7.300	7.377	22.077	39.478	498.306	15,02	511.851	15,45	481.965	16,59
31 a 60	-	3.405	45.492	126.594	24.137	9.405	11.991	18.352	40.742	280.118	8,44	283.574	8,56	281.024	9,67
61 a 90	-	-	854	68.032	206.056	36.908	23.184	26.061	65.403	426.498	12,85	448.046	13,52	372.792	12,83
91 a 180	-	-	-	31.304	56.965	167.305	173.011	254.656	252.179	935.420	28,19	930.906	28,10	788.617	27,14
181 a 360	-	-	-	-	83	31.082	30.945	30.786	970.444	1.063.340	32,05	1.029.531	31,07	898.441	30,92
Acima de 360	3.769	-	-	-	-	-	-	30	110.755	114.554	3,45	109.250	3,30	82.451	2,84
Total	122.132	7.560.389	7.198.105	5.326.328	1.048.362	709.139	583.727	680.776	4.490.688	27.719.646	-	25.895.365	-	21.892.151	-
%	0,44	27,27	25,97	19,21	3,78	2,56	2,11	2,46	16,20	100,00	-	100,00	-	100,00	-

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Composição por setor de atividade da carteira de crédito

DESCRIÇÃO	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
SETOR PÚBLICO	15.110.319	9,15	14.428.293	9,54	10.600.101	9,31
Administração Direta	5.967.108	3,61	5.454.394	3,61	4.042.968	3,55
Petroquímico	5.676.276	3,44	5.615.059	3,71	3.613.754	3,17
Saneamento	2.174.827	1,32	2.052.233	1,36	1.756.865	1,54
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	611.327	0,37	640.414	0,42	562.043	0,49
Outros	680.781	0,41	666.193	0,44	624.471	0,55
SETOR PRIVADO	149.965.730	90,85	136.861.747	90,46	103.243.875	90,69
PESSOA JURÍDICA	35.607.409	21,57	33.694.332	22,27	24.314.727	21,36
INDUSTRIA E COMERCIO	16.872.780	10,22	16.504.844	10,91	13.815.021	12,14
Comércio Varejista e Atacadista	6.083.611	3,69	5.866.370	3,88	5.535.546	4,86
Metalurgia	3.152.347	1,91	3.150.027	2,08	2.096.888	1,84
Fabricação de Produtos Químicos	296.105	0,18	474.787	0,31	3.447.204	3,03
Alimentos	1.582.745	0,96	1.344.564	0,89	1.155.178	1,01
Veículos Leves e Pesados	594.974	0,36	595.871	0,39	747.876	0,66
Vestuário e Acessórios	337.120	0,2	333.021	0,22	525.782	0,46
Outros Industria e Comércio	4.825.878	2,92	4.740.204	3,13	306.547	0,27
SERVIÇOS	18.734.629	11,35	17.189.488	11,36	10.499.706	9,22
Petroquímico	471.419	0,29	466.568	0,31	1.894.697	1,66
Produção e Distribuição de Energia Elétrica	2.489.645	1,51	2.348.045	1,55	1.743.182	1,53
Saneamento	205.380	0,12	201.368	0,13	1.468.064	1,29
Construção Civil	946.639	0,57	922.933	0,61	2.487.559	2,19
Saúde	1.255.346	0,76	1.196.910	0,79	934.301	0,82
Atividades de Serviços Financeiros	3.515.667	2,13	3.244.545	2,14	505.035	0,44
Escritório	374.452	0,23	374.070	0,25	296.920	0,26
Transporte Terrestre	488.231	0,3	543.997	0,36	283.302	0,25
Educação	276.324	0,17	258.017	0,17	226.036	0,20
Infra-Estrutura	207.643	0,13	188.422	0,12	212.827	0,19
Habitação	1.476.358	0,89	1.188.150	0,79	201.786	0,18
Telecomunicações	2.076.462	1,26	2.073.383	1,37	155.148	0,14
Outros Serviços	4.951.063	3	4.183.080	2,76	90.849	0,08
PESSOA FÍSICA	114.358.321	69,28	103.167.415	68,19	78.929.148	69,33
Habitação	89.222.858	54,05	79.310.767	52,42	58.648.706	51,52
Empréstimos	25.135.463	15,23	23.856.648	15,77	20.280.442	17,81
Total	165.076.049	100	151.290.040	100	113.843.976	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(e) Composição das operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito por faixa de vencimento

Descrição	2010				2009			
	30 de setembro				30 de junho		30 de setembro	
	Setor público	Setor privado	Total	%	Total	%	Total	%
Curto prazo	2.676.268	39.811.199	42.487.467	25,74	39.663.325	26,22	33.078.774	29,06
De 0 a 90 dias	724.957	14.754.524	15.479.481	9,38	14.360.340	9,49	12.418.636	10,91
De 91 a 360 dias	1.951.311	25.056.675	27.007.986	16,36	25.302.985	16,72	20.660.138	18,15
Longo prazo	12.427.547	106.842.799	119.270.346	72,25	108.313.557	71,59	77.859.912	68,39
De 1 ano até 3 anos	3.560.452	45.070.611	48.631.063	29,46	45.726.411	30,22	35.006.297	30,75
De 3 anos até 5 anos	1.392.142	29.641.606	31.033.748	18,8	28.365.970	18,75	21.026.913	18,47
De 5 anos até 15 anos	4.217.963	27.836.971	32.054.934	19,42	25.532.566	16,88	16.500.135	14,49
Mais de 15 anos	3.256.990	4.293.611	7.550.601	4,57	8.688.610	5,74	5.326.567	4,68
Total normal	15.103.815	146.653.998	161.757.813	97,99	147.976.882	97,81	110.938.686	97,45
Total vencido	6.504	3.311.732	3.318.236	2,01	3.313.158	2,19	2.905.290	2,55
Total geral	15.110.319	149.965.730	165.076.049	100,00	151.290.040	100,00	113.843.976	100

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 2.295.580 (2009 – R\$ 1.885.906), referente a “Outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(c1).

(f) Rendas de operação de crédito

Descrição	2010			2009
	3º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	2.870.190	2.627.282	7.894.210	6.153.729
Financiamentos imobiliários	2.160.782	1.833.188	5.605.326	3.848.352
Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	190.077	170.163	531.868	363.576
Outros créditos	2.386	2.566	7.151	6.270
Total	5.223.435	4.633.199	14.038.555	10.371.927

(g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Saldo inicial	9.809.999	9.171.712	8.018.068
Provisão específica	9.809.999	9.171.712	7.382.785
Provisão adicional (i)	-	-	635.283
Constituição	955.318	1.749.817	984.817
Baixas	(14.662)	(537.063)	(2.287)
Transferência para prejuízo	(389.540)	(574.467)	(373.583)
Saldo final	10.361.115	9.809.999	8.627.015
Provisão específica	10.361.115	9.809.999	8.045.639
Provisão adicional	-	-	581.376

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(i) No 1º trimestre de 2010 foi revertida a provisã o adicional anteriormente constituída, em função da melhora das condições macroeconômicas e do comportamento da inadimplência da carteira de crédito comercial da CAIXA.

(h) Concentração dos principais devedores

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Principal devedor	5.676.275	3,44	5.615.058	3,71	3.613.754	3,49
10 maiores devedores	15.915.984	9,64	15.561.559	10,29	9.913.440	8,58
20 maiores devedores	19.352.234	11,72	18.760.383	12,40	12.572.504	12,16
50 maiores devedores	24.127.629	14,62	23.212.532	15,34	16.305.801	15,76
100 maiores devedores	27.199.312	16,48	26.202.722	17,32	18.722.477	18,10

(i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Operações Renegociadas	1.934.576	1.254.099	663.945
Operações Comerciais	1.541.281	997.248	534.003
Operações Habitacionais	393.295	256.851	129.942
Operações Recuperadas	456.809	277.298	154.986
Operações Comerciais	207.465	112.377	62.021
Operações Habitacionais	249.344	164.921	92.965

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(j) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Empréstimos e títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos Imobiliários	Financiamentos de infra-estrutura e desenvolvimento	Outros créditos	Total
AA	-	-	-	-	-	-
A	101.355	20.651	215.654	29.586	5.935	373.181
B	93.838	9.341	295.172	17.592	4.724	420.667
C	70.011	11.435	537.030	44.985	5.806	669.267
D	87.823	36.932	120.328	60.346	33.083	338.512
E	78.819	40.639	173.112	11.033	14.319	317.922
F	124.091	59.861	235.262	-	4.956	424.170
G	310.828	140.167	322.872	-	8.471	782.338
H	1.536.739	876.267	4.580.784	-	41.268	7.035.059
30 de setembro de 2010	2.403.504	1.195.293	6.480.214	163.542	118.562	10.361.115
%	23,20	11,54	62,54	1,58	1,14	100,00
30 de junho de 2010	2.365.314	1.369.055	5.774.966	194.882	105.782	9.809.999
%	24,11	13,96	58,87	1,98	1,08	100,00
30 de setembro de 2009	2.454.899	1.275.385	4.640.415	154.593	101.723	8.627.015
%	28,46	14,78	53,79	1,79	1,18	100,00

Os itens de balanço que compõem o montante de R\$ 118.562 (2009 – R\$ 101.723), referente à “provisão para outros créditos com características de concessão de crédito” estão descritos na Nota nº 10(d).

Nota - 10 **Outros créditos**

(a) Carteira de câmbio

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Ativo - Outros créditos	39.320	29.279	10.736
Câmbio comprado a liquidar - ME	16.654	16.433	5.863
Direitos sobre vendas de câmbio - MN	30.840	13.017	4.963
(-) Adiantamentos recebidos - MN	(8.174)	(171)	(90)
Ativo circulante	39.320	29.279	10.736
Passivo - Outras obrigações	47.655	29.499	11.337
Câmbio vendido a liquidar - ME	31.001	13.066	5.474
Obrigações por compras de câmbio - MN	16.654	16.433	5.863
Passivo circulante	47.655	29.499	11.337

(a.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Receitas	41.305	58.841	130.217	42.163
Disponibilidade em moeda estrangeira	41.305	58.841	130.217	42.163
Despesas	(41.921)	(58.142)	(129.322)	(45.440)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(41.921)	(58.142)	(129.322)	(45.440)
Resultado de câmbio	(616)	699	895	(3.277)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Rendas a receber

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Dividendos e JCP a receber (i)	103.821	10,71	76.000	8,88	62.027	8,49
FGTS	234.308	24,18	212.726	24,86	182.975	25,04
Seguro-desemprego	96.154	9,92	82.883	9,69	43.878	6,00
Orçamento Geral da União	137.441	14,18	138.524	16,19	129.525	17,72
Convênios	25.343	2,62	26.836	3,14	21.428	2,93
INSS	55.639	5,74	42.210	4,93	42.068	5,76
FAR	13.405	1,38	13.690	1,60	13.760	1,88
Fundos de investimento	56.558	5,84	53.103	6,21	47.804	6,54
Bolsa Família	80.756	8,33	70.759	8,27	60.212	8,24
Bolsa Escola	8.744	0,90	8.744	1,02	9.021	1,23
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)	18.811	1,94	20.313	2,37	22.165	3,03
PIS	100.707	10,39	62.354	7,29	55.354	7,57
FIES	9.148	0,94	19.450	2,27	15.528	2,12
Outros	28.279	2,92	28.155	3,29	25.014	3,42
Total	969.114	100,00	855.747	100,00	730.759	100,00

(i) O saldo refere-se a dividendos e JCP da Caixa Seguros e do FND.

(c) Diversos

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Adiantamentos	361.803	1,95	353.226	1,98	333.572	1,98
Créditos tributários (Nota 22)	9.750.865	52,67	9.450.241	53,00	8.972.617	53,16
Devedores por depósitos em garantia (Nota 32 a(ii))	4.243.662	22,01	4.152.842	23,30	3.790.557	22,46
Impostos e contribuições a compensar	265.228	1,43	356.116	2,00	220.757	1,31
Pagamentos a ressarcir	46.828	0,25	58.490	0,33	23.521	0,14
Participações pagas antecipadamente	599.523	3,24	385.953	2,16	480.868	2,85
Outros créditos com características de concessão de crédito (c.1)	2.264.231	12,23	2.106.454	11,8	1.855.886	11,00
Outros créditos sem características de concessão de crédito (c.2)	100.735	0,54	107.808	0,60	326.103	1,93
Devedores diversos (c.3)	1.052.388	5,68	874.910	4,90	873.906	5,18
Provisão para perdas - Diversos (i)	(170.888)	(0,92)	(173.369)	-	(204.952)	-
Total	18.514.375	100,00	17.672.671	100,00	16.672.835	100,00

(i) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.1) Outros créditos com características de concessão de crédito

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Devedores por compra de valores e bens	9.603	9.249	10.979
Direitos a receber de operações de venda ou transferências de ativos	8.095	9.208	12.757
Cartão de crédito	2.246.533	2.087.997	1.765.964
Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	-	66.186
Subtotal	2.264.231	2.106.454	1.855.886
Créditos por avais e fianças honradas	29.924	31.267	30.020
Total	2.295.580	2.137.721	1.885.906

(c.2) Outros créditos sem características de concessão de crédito

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA (i)	-	-	241.884
Cartão de crédito	51.322	52.914	50.065
Saúde Caixa	(8.443)	(8.373)	503
Aquisição de Royalties e compensações FI	54.856	60.150	29.428
Outros	3.000	3.117	4.223
Total	100.735	107.808	326.103

(i) Antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA. Em 30 de setembro de 2009 a operação por meio de contrato firmado entre as partes foi liquidada.

(c.3) Devedores diversos

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Valores a apropriar (iii)	748.570	583.922	549.599
Seguros a receber	87.898	92.814	121.671
Outros devedores	114.919	112.856	120.933
Créditos adquiridos	101.001	85.318	81.703
Total	1.052.388	874.910	873.906

(iii) Esses valores estão correlacionados a registros credores de mesma natureza indicados na Nota nº 20 (c.3).

(d) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

De acordo com a Carta-Circular do BACEN nº 3.048/2002, a provisão para os títulos e créditos a receber estão classificados como “com característica de concessão de crédito” - R\$ 118.562 (2009 - R\$ 101.723) e “sem característica de concessão de crédito” - R\$ 0,00 (2009 - R\$ 241.884).

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Com característica de concessão de crédito	(118.562)	(105.782)	(101.723)
. Cartão de crédito	(109.979)	(99.396)	(88.884)
. Governo do Estado da Bahia – EMBASA	-	-	(6.618)
. Créditos por avais e fianças honradas	(4.720)	(2.334)	(2.141)
. Devedores por compra de valores e bens	(3.782)	(3.960)	(3.952)
. Direitos a receber de operações de venda ou transferência de ativos	(81)	(92)	(128)
Sem característica de concessão de crédito – COMPESA (i)	-	-	(241.884)
Total	(118.562)	(105.782)	(343.607)

(i) Antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA. Em 30 de setembro de 2009 a operação por meio de contrato firmado entre as partes foi liquidada

Nota - 11 **Outros valores e bens**

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Bens não de uso próprio (i)	735.448	768.509	715.434
. Imóveis patrimoniais não de uso	119.827	123.507	59.528
. Imóveis adjudicados/Arrematados	615.621	645.002	655.906
Despesas antecipadas (ii)	631.462	680.084	802.523
Material de consumo	22.573	22.424	24.302
Total	1.389.483	1.471.017	1.542.259

(i) Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA, que são submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) O montante relativo à “Desp. antecipadas”, refere-se, sobretudo a antecipação das contribuições ordinárias ao FGC.

Nota - 12 **Investimentos**

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
CAIXA SEGUROS (ii)	1.146.455	1.060.929	974.884
Banco Panamericano (ii)	780.848	739.272	-
CIP - Câmara Interbancária de Pagamento (i)	2.100	2.100	2.100
CIBRASEC - Cia Brasileira de Securitização (ii)	6.677	6.506	6.000
TECBAN - Tecnologia bancária (ii)	31.818	31.818	31.818
VISANET (ii)	65.825	65.825	65.825
BIAPE	1.246	1.118	4.839
Outros investimentos (i)	46.099	33.255	2.499
Total	2.081.068	1.940.823	1.087.965

(i) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição e submetidos a testes de redução ao valor recuperável.

(ii) Investimento proveniente da CAIXAPAR e avaliado pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos são preponderantemente constituídos pelos investimentos constantes na Caixa Participações, empresa esta, que é subsidiária integral da CAIXA, constituída no exercício de 2009 com a integralização de parte do capital social no montante de R\$ 1.250.000, por

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

intermédio da Medida Provisória nº 443, de 21 de outubro de 2008, convertida na Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009.

(i) Resultado de participações em coligadas

	2010			2009
	3º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Caixa Seguros	128.582	82.227	312.624	231.435
Banco Panamericano	12.104	23.088	35.192	-
CIBRASEC	201	(40)	676	-
Participações no exterior	67	(52)	10	170
Total da participação em coligadas	140.954	105.161	348.502	231.605

¹Avaliado em SET/2009 pelo Custo de Aquisição

Nota - 13 Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição sendo que as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômico dos bens.

Descrição	2009		2010				
	30 de setembro	31 de dezembro	Adições	Baixas	Depreciação	30 de setembro	%
Imóveis de uso	936.406	909.102	17.297	(10.094)	(27.957)	888.348	48,05
- Edificações	650.400	626.651	17.297	(5.594)	(27.957)	610.397	33,51
- Terrenos	286.006	282.451		(4.500)	-	277.951	14,54
Imobilizações em curso	4.621	4.645	255	-	-	4.900	0,27
Instalações, móveis e equip. de uso	175.496	194.441	110.559	-	(39.040)	265.960	14,39
Sistema de comunicação	21.669	22.304	2.619	-	(3.571)	21.352	1,15
Sistema de processamento de dados	558.742	658.285	143.746	-	(180.300)	621.731	33,63
Sistema de transporte e segurança	59.010	51.147	14.716	-	(19.429)	46.434	2,51
Total	1.755.944	1.839.924	289.192	(10.094)	(270.297)	1.848.725	100,00

Em dezembro de 2008, com base na Lei nº 11.638/2007, a CAIXA adotou como saldo dos bens do ativo o valor reavaliado (valor da reavaliação R\$ 566.924 – Edificações; R\$ 229.998 – Terrenos) e alterou a vida útil econômica de imóveis de uso de 25 anos para 50 anos e sistema de segurança de 10 anos para 5 anos, conforme tabela abaixo:

	Prazo
Edificações	50 anos
Sistema de Segurança	5 anos
Sistema de Comunicação	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Móveis e Equipamentos	10 anos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Com o índice de imobilização apurado de 15,10%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% a partir de 31 de dezembro de 2002.

Nota - 14 Intangível

Em atendimento à Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos relativos a direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, saldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e projetos logiciais – Software, ambos registrados anteriormente no Ativo Diferido (Nota 15) foram transferidos para o Ativo Intangível. Para o item “aquisição de folha de pagamento” foi realizado o teste de redução ao valor recuperável pelo método do fluxo de caixa descontado.

Descrição	2009		2010				
	30 de setembro	31 de dezembro	Adições	Baixas	Valor recuperável de ativos	Amortizações	30 de setembro
Aquisição de folha de pagamento	681.474	765.347	155.640	(22.014)	(982)	(156.581)	741.410
Projetos logiciais - Software	18.365	19.556	39.199	-	-	(5.245)	53.510
Total	699.839	784.903	194.839	(22.014)	(982)	(161.826)	794.920

Nota - 15 Diferido

De acordo com a Resolução do CMN nº 3.617/2008, os saldos existentes anteriores a edição dessa Resolução, posicionados em setembro de 2008, serão mantidos até a sua efetiva realização por amortização. Os valores de adições e baixas realizados após 30 de setembro de 2008, tiveram os seguintes procedimentos:

- Os gastos em imóveis de terceiros foram registrados como despesas e as benfeitorias em imóveis próprios foram registradas em imobilizado de uso (Nota 13 - Edificações).
- Os gastos com projetos logiciais foram reclassificados para o ativo intangível (Nota 14).

Descrição	2009		2010		
	30 de setembro	31 de dezembro	Baixas	Amortizações	30 de setembro
Gastos em imóveis de terceiros	92.252	76.078	(1.730)	(32.108)	42.240
Gastos com projetos logiciais	57.742	50.838	-	(19.569)	31.269
Benfeitorias em imóveis próprios	41.454	34.820	-	(14.452)	20.368
Total	191.448	161.736	(1.730)	(66.129)	93.877

Nota - 16 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Depósitos

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Depósitos à Vista	18.572.811	9,13	17.999.695	9,19	14.084.917	7,60
Pessoas Físicas	7.235.441	3,56	7.097.647	3,62	5.374.553	2,90
Pessoas Jurídicas	9.255.355	4,55	8.585.317	4,38	6.752.684	3,64
Vinculados	880.160	0,43	948.301	0,48	812.234	0,44
Governo	875.632	0,43	1.106.086	0,56	781.636	0,42
Moedas Estrangeiras	23.220	0,01	8.373	-	18.362	0,01
Instituições do sistema Financeiro	20.017	0,01	19.156	0,01	13.028	0,01
Entidades públicas	249.880	0,12	205.200	0,10	309.667	0,17
Outros	33.106	0,02	29.615	0,02	22.753	0,01
Depósitos de Poupança	123.346.743	60,64	116.330.563	59,39	104.124.843	56,19
Pessoas Físicas	121.655.796	59,81	114.419.167	58,41	103.101.481	55,64
Pessoas Jurídicas	1.687.588	0,83	1.907.880	0,97	1.019.492	0,55
Vinculados	3.359	-	3.516	-	3.870	-
Depósitos Interfinanceiros	354.930	0,18	44.705	0,02	29.678	0,02
Depósitos a prazo	50.865.466	25,01	49.311.647	25,17	54.576.533	29,45
Depósitos a prazo em moeda nacional	27.780.350	13,66	26.393.738	13,47	22.381.093	12,08
Depósitos judiciais com remuneração	23.085.116	11,35	22.917.909	11,7	32.195.440	17,37
Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas (f)	10.146.734	4,99	12.084.147	6,17	12.399.686	6,69
Outras captações	99.978	0,05	108.610	0,06	85.571	0,05
Total	203.386.662	100,00	195.879.367	100,00	185.301.228	100,00
Passivo circulante	202.848.855	99,74	195.350.438	99,73	185.165.720	99,93
Passivo não circulante	537.807	0,26	528.929	0,27	135.508	0,07

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	2010						2009	
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1080 dias	Acima de 1080 dias	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Depósitos à Vista	18.572.811	-	-	-	-	18.572.811	17.999.695	14.084.917
Depósitos de Poupança	123.346.743					123.346.743	116.330.563	104.124.843
Depósitos Interfinanceiros		348.412	3.510	3.008		354.930	44.705	29.678
Depósitos a prazo	23.085.116	1.427.673	5.127.375	10.320.105	10.905.197	50.865.466	49.311.647	54.576.533
Depósitos Judiciais	23.085.116					23.085.116	22.917.909	32.195.440
Aplicações		1.427.673	5.127.375	10.320.105	10.905.197	27.780.350	26.393.738	22.381.093
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.146.734	-	-	-	-	10.146.734	12.084.147	12.399.686
Outras captações	99.978					99.978	108.610	85.571
Total	175.251.382	1.776.085	5.130.885	10.323.113	10.905.197	203.386.662	195.879.367	185.301.228
%	86,17	0,87	2,52	5,08	5,36	100,00	100,00	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Despesas de captações com depósitos e emissões de títulos

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Depósitos de Poupança	(2.015.608)	(1.794.045)	(5.451.055)	(4.831.885)
Depósitos Interfinanceiros	(5.109)	(1.033)	(6.762)	(1.414)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(683.953)	(543.563)	(1.695.234)	(1.515.533)
Depósitos judiciais	(302.358)	(271.083)	(804.485)	(787.367)
Depósitos especiais e de fundos e programas (f.1)	(228.778)	(268.460)	(762.066)	(837.168)
Outras captações	(244.049)	(164.749)	(541.155)	(228.925)
Total	(3.479.855)	(3.042.933)	(9.260.757)	(8.202.292)

(d) Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto no montante de R\$ 68.189.976 (2009 - R\$ 67.823.852), estão garantidas por títulos do Governo Federal e têm suas operações realizadas no curto prazo.

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Carteira Própria	31.936.992	36.295.758	23.817.083
Letras Financeiras do Tesouro	7.623.766	6.442.166	13.877.996
Letras do Tesouro Nacional	2.328.653	10.287.183	7.274.235
Notas do Tesouro Nacional	21.984.573	19.566.409	2.664.852
Carteira de Terceiros	35.467.981	31.457.623	43.747.281
Letras Financeiras do Tesouro	19.457.673	21.764.370	8.784.053
Letras do Tesouro Nacional	16.010.308	9.693.253	15.072.399
Notas do Tesouro Nacional	-	-	19.890.829
Total	67.404.973	67.753.381	67.564.364
Passivo circulante	67.404.973	67.753.381	67.564.364

(e) Despesas de Captações no mercado aberto

Descrição	2010			2009
	3º Trimestre	2º Trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Carteira Própria	(769.460)	(629.108)	(1.952.511)	(1.831.691)
Carteira de Terceiros	(1.012.350)	(812.496)	(2.692.660)	(2.773.009)
Total	(1.781.810)	(1.441.604)	(4.645.171)	(4.604.700)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(f) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do FGTS e de outros fundos e programas. A seguir, descrevemos os quadros de composição e de remuneração dos depósitos especiais e de fundos e programas (f.1):

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Depósitos - FGTS	3.370.376	33,22	5.169.907	42,78	5.930.914	47,83
Depósitos - Especiais com remuneração	1.634.568	16,11	1.583.997	13,11	1.455.364	11,74
Depósitos - FAT (f.2)	3.270.950	32,24	3.413.508	28,25	3.841.620	30,98
Depósitos - FISANE	6.842	0,07	6.725	0,06	6.422	0,05
Depósitos - PRODEC	40.815	0,40	40.083	0,33	38.152	0,31
Depósitos - PIS	153.239	1,51	124.571	1,03	138.249	1,11
Depósitos - FIEL	57.109	0,56	56.111	0,46	53.421	0,43
Depósitos - FGS	12.406	0,12	38.714	0,32	99.338	0,80
Depósitos - FAR	371.862	3,66	379.859	3,14	178.757	1,44
Depósitos - FDS	483.421	4,76	393.773	3,26	147.314	1,19
Depósitos - Profrota pesqueira	49.079	0,49	47.828	0,40	44.920	0,36
Depósitos - FAS	3.446	0,03	2.313	0,02	3.505	0,03
Depósitos - PREVHAB	397.336	3,92	387.360	3,21	364.594	2,94
Saúde CAIXA	114.380	1,13	107.581	0,89	61.867	0,50
Outros	180.905	1,78	331.819	2,75	35.249	0,28
Total	10.146.734	100,00	12.084.147	100,00	12.399.686	100,00
Passivo circulante	10.146.734	100,00	12.084.147	100,00	12.399.686	100,00

(f.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2010			2009
		3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Depósitos - FGTS	Selic	(93.846)	(143.918)	(364.841)	(378.313)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(54.155)	(51.211)	(180.811)	(187.417)
Depósitos - FISANE	TR	(118)	(104)	(323)	(290)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(745)	(686)	(2.062)	(1.751)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(14.722)	(19.581)	(48.663)	(70.644)
Depósitos - FIEL	TRPRE + Juros 0,50% a.m.	(1.003)	(1.212)	(2.759)	(2.676)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/Extra mercado	(809)	(866)	(3.851)	(8.056)
Depósitos - FAR	Selic	(11.243)	(9.018)	(26.742)	(13.637)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(12.654)	(9.248)	(27.826)	(11.643)
Depósitos - Profrota pesqueira	Selic fator dia	(1.253)	(2.294)	(3.224)	(3.201)
Depósitos - FAS	TR	(9)	(6)	(14)	(53)
Depósitos - PREVHAB	selic	(11.265)	(9.386)	(29.053)	(120.017)
Depósitos - Caução	TR	(7.893)	(6.551)	(20.575)	(20.186)
Outros	-	(19.063)	(14.379)	(51.322)	(19.284)
Total	-	(228.778)	(268.460)	(762.066)	(837.168)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(f.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

Descrição	Resolução/ TADE	Devolução de Recursos do FAT (1)			2010						2009		
					30 de setembro			30 de junho			30 de setembro		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL	Disponível	Aplicado	TOTAL
Programas					171.237	2.922.685	3.093.922	95.058	3.135.439	3.230.497	221.956	3.393.187	3.615.141
Proger urbano				-	69.131	2.147.070	2.216.201	87.408	2.236.799	2.324.207	177.900	2.367.556	2.545.456
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	-	65.298	2.129.618	2.194.916	81.831	2.217.122	2.298.953	165.679	2.331.646	2.497.325
Capital de giro isolado	16/2005	RA	09/12/2005	-	2.102	9.201	11.303	3.278	10.677	13.955	6.212	19.571	25.783
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	48	48	-	50	50	4	85	89
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	1.731	8.203	9.934	2.299	8.950	11.249	6.005	16.254	22.259
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	2.687	62.487	65.174	3.286	70.456	73.742	39.423	161.364	200.787
FAT infra estrutura				-	98.709	695.456	794.165	3.407	809.883	813.290	2.127	850.191	852.318
Infra estrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	-	98.709	695.456	794.165	3.407	809.883	813.290	2.127	850.191	852.318
FAT – PNMP				-	710	17.672	18.382	957	18.301	19.258	2.506	14.074	16.580
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	-	710	17.672	18.382	957	18.301	19.258	2.506	14.074	16.580
Linhas de crédito especiais					8.315	168.713	177.028	9.349	173.662	183.011	50.687	175.792	226.479
FAT - inclusão digital	dez/05	RA	10/10/2005	07/01/2010	-	-	-	-	-	-	29	567	596
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	-	-	113.222	113.222	-	111.572	111.572	708	135.129	135.837
FAT - material de construção	mar/06	RA	10/02/2006	-	2.066	29	2.095	4.801	1.963	6.764	-	-	-
FAT - giro setorial				-	6.249	55.462	61.711	4.548	60.127	64.675	49.950	40.096	90.046
Micro e pequenas empresas	22/2006	RA	10/03/2008	-	3.102	34.938	38.040	2.117	37.735	39.852	38.708	24.831	63.539
Médias e grandes empresas	23/2006	RA	10/03/2008	-	3.147	20.524	23.671	2.431	22.392	24.823	11.242	15.265	26.507
FAT - moto-frete	01/	RA	10/03/2010	13/04/2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total					179.552	3.091.398	3.270.950	104.407	3.309.101	3.413.508	272.644	3.568.978	3.841.620

(1) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro acima.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis, são remunerados, *pro rata die*, pela Taxa Média Selic (TMS) e à medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros a Longo Prazo durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pela Resolução CODEFAT n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

Nota - 17 Recursos de letras hipotecárias e de letras de crédito imobiliário

Papel	Indexador	2010						2009
		Prazo mínimo de resgate				30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
		3 meses	12 meses	3 anos	5 anos			
LH	IGP-M	-	10.697		473.708	484.405	463.340	449.602
LH	INPC	-	-	-	10.163	10.163	9.887	9.727
LH	TR	-	-	-	35.847	35.847	37.900	44.187
LCI	IGP-M	-	-	7.856	7.042	14.898	44.352	42.023
LCI	INPC	-	-	34.233	-	34.233	34.222	32.772
LCI	TR	-	2.761.125	4.070.377	-	6.831.502	5.242.895	1.341.799
LF	CDI	-		1.485.729	-	1.485.729	-	-
Total		-	2.771.822	5.598.195	526.760	8.896.777	5.832.596	1.920.110
Passivo circulante						2.771.822	2.829.062	1.341.818
Passivo não circulante						6.124.955	3.003.534	578.292

No 3º trimestre de 2010, houve a captação de R\$ 1.485.729 em Letras Financeiras, tendo o CDI com indexador da remuneração oferecida aos clientes.

Nota - 18 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 3,00% ao ano e a variação cambial da moeda a que estão vinculados. Substancialmente, nossas operações estão atreladas a dólares norte-americanos, com vencimentos até 2013, cujo saldo em 30 de setembro de 2010, monta a R\$ 25.019 (2009 - R\$ 11.783).

Nota - 19 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostas, principalmente por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitas à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
FGTS	49.709.600	44.792.180	34.569.505
BNDDES	4.368.530	3.766.942	2.338.720
Tesouro Nacional - PIS	543.760	566.151	528.863
Outras instituições	220.042	218.459	214.153
Total	54.841.932	49.343.732	37.651.241
Passivo circulante	561.779	590.896	550.206
Passivo não circulante	54.280.153	48.752.836	37.101.035

(a) Despesas com obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
FGTS	(975.266)	(796.806)	(2.499.021)	(1.885.912)
BNDDES	(43.667)	(49.297)	(154.900)	(53.310)
Tesouro Nacional - PIS	(10.515)	(7.252)	(25.286)	(25.576)
Outras instituições	(18.113)	(13.248)	(49.764)	(66.016)
Total	(1.047.561)	(866.603)	(2.728.971)	(2.030.814)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 20 Outras obrigações

(a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	119.365	9,36	89.277	7,03	149.708	12,27
Imposto de Renda	20.977	1,64	4.973	0,39	45.814	3,75
Contribuição Social	8.622	0,68	1.794	0,14	19.784	1,62
COFINS	77.287	6,06	71.073	5,60	72.453	5,94
PASEP	12.479	0,98	11.437	0,90	11.657	0,96
Impostos e contribuições a recolher	335.191	26,27	357.670	28,16	296.024	24,26
Sobre salários	213.481	16,73	240.072	18,90	195.198	16,00
Sobre serviços	121.710	9,54	117.598	9,26	100.826	8,26
Impostos e contribuições diferidos	258.711	20,28	268.801	21,16	321.476	26,35
IR sobre reserva de reavaliação - Edificações	126.809	9,94	129.703	10,21	135.450	11,10
CS sobre reserva de reavaliação - Edificações	76.085	5,96	77.822	6,13	81.270	6,66
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	11.852	0,93	11.402	0,90	11.764	0,96
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos disponíveis para venda	7.111	0,56	6.841	0,54	7.059	0,58
IR sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	5.107	0,40	-	-	35.508	2,91
CS sobre ajustes ao valor de mercado - Títulos para negociação	3.064	0,24	-	-	21.305	1,75
Contratos futuros	10	0,00	16.444	1,29	1.254	0,10
PASEP	28.673	2,25	26.589	2,09	27.866	2,28
Provisão para riscos fiscais (Nota nº 32 (a))	562.496	44,09	554.406	43,65	452.893	37,12
INSS	266.660	20,90	262.649	20,68	208.149	17,06
ISS	147.921	11,59	145.860	11,48	101.780	8,34
IRPJ/CSLL	121.794	9,55	119.776	9,43	114.885	9,42
Outros	26.121	2,05	26.121	2,06	28.079	2,30
Total	1.275.763	100,00	1.270.154	100,00	1.220.101	100,00
Passivo circulante	1.072.868	84,10	1.062.630	83,66	1.003.381	82,19
Passivo não circulante	202.895	15,90	207.524	16,34	216.720	17,81

(b) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela Instituição e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela Instituição.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Obrigações de operações com loterias	622.769	15,94	351.700	9,34	418.021	11,83
Obrigações por fundos e programas sociais	2.778.581	71,14	2.639.157	70,00	2.369.673	67,09
FGTS	1.981.365	50,73	1.874.417	49,8	1.555.917	44,05
Minha Casa Minha Vida	263.839	6,76	60.009	1,59	-	-
FIES	17.527	0,45	15.177	0,40	21.277	0,60
Bolsa Família	29.236	0,75	200.106	5,29	270.052	7,65
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	347.274	8,89	376.200	9,96	379.476	10,74
PRONASCI	15.566	0,40	12.656	0,34	27.823	0,79
PRODEC	19.200	0,49	18.907	0,50	18.684	0,53
Outros fundos e programas	104.574	2,68	81.685	2,17	96.444	2,73
Obrigações por fundos financeiros de desenvolvimento	504.428	12,91	777.377	20,60	744.381	21,07
PIS	393.985	10,09	710.851	18,90	707.884	20,04
FAT	109.117	2,79	65.204	1,73	35.162	1,00
Outros	1.326	0,03	1.322	0,04	1.335	0,04
Total	3.905.778	100,00	3.768.234	100,00	3.532.075	100,00
Passivo circulante	3.905.778	100,00	3.768.234	100,00	3.532.075	100,00

(c) Diversas

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro	%	30 de junho	%	30 de setembro	%
Obrigações por contribuições ao SFH	113.990	0,49	113.574	0,50	112.521	0,62
Obrigações por convênios oficiais	230.335	0,99	241.239	1,10	247.672	1,36
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	65.353	0,28	61.421	0,30	40.907	0,22
Provisão para pagamentos a efetuar (c.1)	7.844.884	33,70	7.528.542	34,00	7.249.313	39,83
Provisão para passivos contingentes (c.2)	6.925.353	29,75	6.520.235	30,00	6.041.578	33,20
Recursos vinculados a operações de crédito (i)	275.021	1,18	225.277	1,00	116.966	0,64
Recursos do FGTS para amortizações	88.093	0,38	75.197	0,30	45.440	0,25
Credores por recursos a liberar	2.691.721	11,56	2.111.563	9,60	-	-
Credores diversos - Exterior	762	-	5	-	-	-
Credores diversos - País (c.3)	5.045.404	21,67	5.096.196	23,00	4.344.682	23,87
Total	23.280.916	100,00	21.973.249	100,00	18.199.079	100,00
Passivo circulante	23.280.916	100,00	21.973.249	100,00	18.199.079	100,00

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c.1) Provisão para pagamentos a efetuar

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Despesas de pessoal	1.700.610	1.478.923	1.541.687
Benefícios pós-emprego - NPC 26 (Nota nº 34(g))	5.749.282	5.667.646	5.401.905
SAÚDE CAIXA	5.071.304	4.974.304	4.633.836
Auxílio e cesta alimentação	634.409	650.181	723.715
PREVHAB	43.569	43.161	44.354
Outros pagamentos	394.992	381.973	305.721
Total	7.844.884	7.528.542	7.249.313

(c.2) Provisão para passivos contingentes

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Provisão para contingências (Nota nº 32)	6.925.353	6.520.235	6.041.578
Trabalhistas	2.874.976	2.721.655	2.517.682
Ações judiciais cíveis	3.349.769	3.166.937	3.036.260
Outras	700.608	631.643	487.636
Total	6.925.353	6.520.235	6.041.578

(c.3) Credores diversos – País

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Cartões de crédito	2.240.329	2.107.368	1.779.304
Contas a pagar	433.152	416.002	369.395
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (ii)	309.301	304.599	310.276
Créditos adquiridos	419.822	409.875	393.681
Valores a apropriar (Nota nº 10(c.3))	735.286	706.788	606.396
Outros credores diversos	907.514	1.151.564	885.630
Total	5.045.404	5.096.196	4.344.682

(i) Recursos vinculados a operações de crédito

Referem-se aos recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(ii) Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)

Referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(d) Dívidas subordinadas elegíveis a capital

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.837/01, foi convertida, em 11 de outubro de 2005, parte da dívida existente referente às obrigações de empréstimos da CAIXA junto ao FGTS em dívida subordinada, utilizado no cálculo dos limites de Basileia. Essa operação foi aprovada pelo BACEN em outubro de 2005 e apresenta o montante de R\$ 4.999.426 (30 de junho de 2010 - R\$ 4.908.438 / 2009 – R\$ 4.675.014). O início do retorno da dívida ora contratada será a partir de 20 de março de 2013. O prazo de carência de 88 meses para pagamento da dívida subordinada se estenderá até 20 de fevereiro de 2013 e será automaticamente prorrogado em caso de desenquadramento da CAIXA em relação ao mínimo de capitalização exigido pela legislação vigente, a partir de 20 de março de 2013, ou no caso de o próprio pagamento gerar desenquadramento. Sobre o valor total da dívida, durante o período de carência ou de desenquadramento, incidirão atualização monetária e juros capitalizados mensalmente, calculados à taxa de 6,125%, correspondente à taxa efetiva de 6,300% ao ano, que equivalem à taxa média contemplada nos contratos vigentes.

(e) Instrumentos híbridos de capital e dívida elegíveis a capital

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, convertida em Lei sob o nº 11.485/2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000, em condições financeiras e contratuais que permitam o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pela Resolução do CMN nº 3.444/2007, objetivando a ampliação de seus limites operacionais. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular, celebrado entre a União e a CAIXA, e o crédito financeiro foi integralizado em 13 de junho de 2007. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin II 2007/5808, de 2 de julho de 2007, autorizou a CAIXA a considerar elegíveis ao nível II de capital os recursos ora contratados. A dívida não possui data de vencimento e mensalmente são incorporados ao saldo devedor e pagos anualmente de acordo com as premissas do contrato, juros à taxa efetiva média anual da primeira etapa (*cash*) dos leilões de Notas do Tesouro Nacional, série B, com vencimento em 15 de maio de 2045, ponderadas pelas quantidades desses títulos negociadas pelo Tesouro Nacional nos leilões imediatamente anteriores à data de liberação de cada uma das parcelas, incidente sobre o valor nominal atualizado da dívida, e atualização monetária calculada com base na variação do IPCA.

Em 13 de outubro de 2009 por meio da medida provisória nº 470 uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, no 4º trimestre de 2009, houve a liberação de R\$ 2.000.400 e no 1º trimestre do corrente ano houve a liberação de R\$ 3.999.599. O BACEN, por meio do Ofício Deorf/Cofin I 2009/10136, de 13 de novembro de 2009, autorizou a CAIXA a considerar a referida captação elegível ao nível I, até o limite regulamentar, e o restante no capital nível II, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida ora contratados.

Segue abaixo quadro contendo os valores, atualizações monetárias e juros dos créditos concedidos:

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Medida provisória 347/2007	5.200.000	5.200.000	5.200.000
Medida provisória 470/2009	5.999.999	5.999.999	-
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 347/07	1.017.297	935.896	754.053
Atual. Monet. e juros – Med. Prov. nº 470/09	496.019	388.584	-
Total	12.713.315	12.524.479	5.954.053

Nota - 21 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Conforme o Decreto nº 6.473 de 05 de junho de 2008, que aprovou o Estatuto da CAIXA, em seu art. 6º, foi instituído o valor de Capital Autorizado no montante de R\$ 13.562.443 e em seu art. 7º foi aprovado o Capital Social no montante de R\$ 9.292.000, exclusivamente integralizado pela União Federal.

Em consonância com o artº7 do seu Estatuto, a CAIXA, solicitou ao Ministério da Fazenda a autorização para o aumento de capital no montante de R\$ 2.384.683, conforme aprovado pelo Conselho de Administração da CAIXA em 11 de fevereiro de 2010.

Por meio do Decreto publicado em 26 de agosto de 2010 foi autorizado o aumento de capital da CAIXA no valor de até R\$ 2.500.000 mediante a transferência de 77.641.422 ações ON da Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, excedentes à manutenção do controle acionário da União.

Em 10 de setembro de 2010 foram recebidas as ações para aumento de capital e alienadas, no mesmo dia, para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização – FFIE pelo valor de R\$ 2.426.294.

(b) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução do CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basiléia)

Conforme determinações da Resolução do CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 17,04% (Nota 35 (b)), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(c) Reservas de capital e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias e reserva de margem operacional.

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Reservas de Reavaliação	484.131	495.672	530.503
Reservas de Lucros	1.131.105	1.131.105	1.112.784
Reserva legal	1.002.062	1.002.062	826.568
Reservas estatutárias - Loterias	129.043	129.043	286.216

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados à União dividendos sobre o lucro líquido ajustado, conforme dispõe o Decreto nº 2.673/98, de no mínimo, 25%. No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2010 foram provisionados dividendos sobre o lucro líquido ajustado no montante de R\$ 567.142 (2009 - R\$ 473.740). Os valores provisionados são referentes dividendos e a juros sobre o capital próprio, calculados sobre o patrimônio líquido, limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que reduziu a despesa de imposto de renda e contribuição social em, aproximadamente, R\$ 226.857 (2009 – R\$ 189.496). No ano de 2010 já foram repassados ao Tesouro Nacional o montante de R\$ 1.623.489 como antecipação de dividendos.

Nota - 22 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "Créditos tributários" possui como valores relevantes:

- Créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº. 2.158-35/2001;
- Créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e;
- Créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%;
- Créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

O crédito tributário constituído é de R\$ 10.037.890 (2009 - R\$ 9.350.712) para o IRPJ e de R\$ 5.256.568 (2009 - R\$ 4.805.554) para a CSLL, R\$ 113 (2009 - R\$ 1.709) para o PASEP e R\$ 695 (2009 - R\$ 10.519) para a COFINS, totalizando o montante de R\$ 15.295.266 (2009 - R\$ 14.168.494), com provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 5.544.401 (2009 - R\$ 5.195.879), resultando em um total de créditos tributários líquidos de provisão de R\$ 9.750.865 (2009 - R\$ 8.972.615).

(b) Origem dos créditos tributários

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.034.910	1.678.801	2.852.774	1.565.252	2.510.786	1.320.199
Provisão SFH	765.583	459.350	751.190	450.714	836.891	502.135
Provisão para contingências	1.711.340	1.026.804	1.625.684	975.411	1.517.168	910.301
Outros	915.437	458.365	889.435	447.084	896.249	449.668
Provisão SAÚDE CAIXA - NPC 26	1.267.826	760.696	1.243.576	746.146	1.158.459	695.075
Ajuste a Valor de Mercado	105.657	63.394	116.350	69.810	187.689	112.614
Subtotal das diferenças temporárias	7.800.753	4.447.410	7.479.009	4.254.416	7.107.242	3.989.992
Prejuízo fiscal	2.973.570	-	2.973.570	-	2.973.570	-
Baixas até o período	(736.433)	-	(711.513)	-	(730.100)	-
Base negativa até 2000	-	701.139	-	701.139	-	701.139
Baixas até o período	-	(303.821)	-	(289.612)	-	(300.054)
Crédito a 18% - 1998	-	624.515	-	624.515	-	624.515
Baixas até o período	-	(212.675)	-	(202.728)	-	(210.038)
Total dos créditos tributários	10.037.890	5.256.568	9.741.065	5.087.730	9.350.712	4.805.554
	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS	PASEP	COFINS
Ajustes Negativos de operações em mercados futuros	113	695	574	3.535	1.709	10.519
Total dos créditos tributários PASEP / COFINS	113	695	574	3.535	1.709	10.519

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

(c) Movimentação do crédito tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31.12.2009	14.259.609	(5.222.371)	9.037.238
Constituição no Período	814.024	-	814.024
Reversão de Provisão	322.030	(322.030)	-
Constituição PASEP/COFINS	808	-	808
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(49.896)	-	(49.896)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(30.182)	-	(30.182)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(21.127)	-	(21.127)
Saldo em 30.09.2010	15.295.266	(5.544.401)	9.750.865
Saldo em 30.06.2010	14.832.904	(5.382.663)	9.450.241
Saldo em 30.09.2009	14.168.494	(5.195.879)	8.972.615

(d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Antes dos Tributos e Participações	2.146.860	2.146.860	1.542.755	1.542.755	1.915.190	1.915.190
Encargo total do IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(536.715)	(322.029)	(385.689)	(231.413)	(478.798)	(287.279)
Efeitos tributários das adições e exclusões	146.526	89.299	102.279	58.078	(14.922)	(10.776)
Juros sobre o capital próprio	141.785	85.071	94.506	56.704	118.435	71.061
Participações dos empregados nos lucros	72.880	43.728	50.299	30.179	77.143	46.286
Ativo Fiscal IRPJ e CSLL Diferido	49.896	51.309	24.977	27.153	88.685	91.692
Incentivo Fiscal	8.405	-	5.012	-	7.593	-
Reserva de Reavaliação	8.694	5.216	4.651	2.791	7.650	4.590
Participações em coligadas e controladas	-	-	50.364	30.219	-	-
Outros	-	-	25	1.197	-	-
Despesa corrente	(108.529)	(47.406)	(53.576)	(25.092)	(194.214)	(84.426)
Despesa diferida/Marcação a mercado	2.605	1.565	(2.561)	(1.535)	(20.572)	(12.343)
Despesa total	(105.924)	(45.841)	(56.137)	(26.627)	(214.786)	(96.769)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 23 Receitas de intermediação financeira

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Operações compromissadas	1.025.411	830.685	2.945.936	3.384.310
Empréstimos e financiamentos com clientes	5.223.435	4.633.199	14.038.555	10.371.927
Ativos financeiros disponíveis para venda	51.876	47.320	166.743	210.249
Instrumentos financeiros derivativos	(98.153)	(418)	(140.677)	(388.199)
Ativos financeiros mantidos para negociação	993.435	681.001	2.365.616	2.921.902
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.585.994	1.992.355	5.834.148	6.996.579
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	885.277	753.172	2.003.358	988.613
Juros de ativos financeiros – FCVS	477.259	417.775	1.302.822	1.340.015
Resultado de câmbio	-	699	895	-
Outras	8.207	7.462	22.453	130.987
Total	10.152.741	9.363.250	28.539.849	25.956.383

Nota - 24 Despesas de intermediação financeira

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Operações com instituições financeiras	(5.109)	(1.033)	(6.762)	(1.415)
Outros depósitos especiais e fundos e programas	(228.777)	(268.460)	(762.066)	(844.125)
Operações compromissadas	(1.781.810)	(1.441.603)	(4.644.555)	(4.597.745)
Empréstimos, cessões e repasses	(1.047.562)	(866.603)	(2.728.971)	(2.030.814)
Operações com clientes	(3.245.968)	(2.773.441)	(8.492.545)	(7.363.707)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(955.318)	(1.749.817)	(3.462.340)	(2.883.804)
Reversões de provisões para créditos de liquidação duvidosa	14.662	537.063	590.047	353.641
Resultado de câmbio	(616)	-	-	(3.277)
Total	(7.250.498)	(6.563.894)	(19.507.192)	(17.371.246)

Nota - 25 **Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias**

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Administração do FGTS	622.493	603.063	1.813.406	1.596.362
Administração do FCVS	20.362	20.325	73.929	64.722
Administração do PIS	20.855	8.795	38.556	39.541
Administração das loterias	225.863	188.250	598.746	514.021
Administração do FIES	15.591	23.987	63.308	77.877
Seguro-Desemprego	13.272	13.692	40.423	43.376
Orçamento Geral da União (OGU)	21.679	17.399	69.257	51.247
Bolsa Família	63.220	58.854	185.691	178.855
INSS – Tarifas de arrecadação e pagamento	14.067	14.916	41.337	38.887
Administração de fundos de investimento	283.526	319.981	840.454	731.435
Tarifas de convênios	305.055	300.766	901.985	819.786
Tarifas sobre manutenção de conta corrente	23.527	23.045	68.267	83.274
TAC	101.533	94.978	282.677	253.316
Cartão de crédito	140.896	136.409	408.632	215.949
Cobrança de títulos	111.888	106.486	318.923	272.929
EMGEA – Administração de Contratos	57.796	61.292	181.464	202.933
Taxa de risco – Agente financeiro	57.969	51.681	158.261	109.860
CCFGTS	57.197	48.824	178.296	-
Carta de Crédito FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida	38.880	29.913	86.597	-
CONSTRUCARD CAIXA	18.977	18.340	53.380	-
Outros serviços	218.112	159.247	533.910	527.733
Subtotal	2.432.758	2.300.243	6.937.499	5.822.367
Rendas de tarifas bancárias	256.782	230.678	706.781	555.019
Pessoa Física	218.966	192.769	593.582	453.998
Pessoa Jurídica	37.816	37.909	113.199	101.021
Total de prestação de serviços e tarifas bancárias	2.689.540	2.530.921	7.644.280	6.377.386

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 26 Despesas com pessoal

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Despesas com pessoal				
Proventos	(1.584.841)	(1.475.089)	(4.551.215)	(4.185.542)
Salários e proventos	(1.467.818)	(1.368.761)	(4.221.948)	(3.847.493)
Indenizações trabalhistas	(117.023)	(106.328)	(329.267)	(338.049)
Benefícios	(272.540)	(268.947)	(803.959)	(834.309)
Encargos sociais:	(576.141)	(539.206)	(1.664.824)	(1.466.250)
FGTS	(108.683)	(102.644)	(316.701)	(291.297)
Previdência social	(340.183)	(319.595)	(985.446)	(937.456)
Previdência complementar	(95.288)	(86.450)	(269.088)	(235.456)
Outros	(31.987)	(30.517)	(93.589)	(2.041)
Outros	(39.672)	(37.425)	(108.107)	(112.711)
Total	(2.473.194)	(2.320.667)	(7.128.105)	(6.598.812)

Nota - 27 Despesas administrativas

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Despesas administrativas				
Comunicações	(105.147)	(99.194)	(289.493)	(301.931)
Manutenção e conservação de bens	(157.471)	(149.460)	(436.406)	(346.817)
Água e energia	(53.571)	(61.960)	(167.923)	(149.723)
Aluguéis e arrendamento de bens	(151.752)	(155.127)	(470.627)	(463.304)
Despesas de material	(29.110)	(27.146)	(80.815)	(78.831)
Processamento de dados	(216.749)	(216.958)	(610.610)	(577.862)
Promoções e relações públicas	(32.957)	(32.854)	(98.651)	(83.116)
Propaganda e publicidade	(88.947)	(99.474)	(256.589)	(191.351)
Serviços do sistema financeiro	(62.386)	(60.109)	(178.777)	(154.713)
Serviços de terceiros	(177.567)	(174.561)	(511.673)	(434.960)
Serviços especializados	(101.651)	(81.512)	(249.353)	(179.189)
Serviços de vigilância e segurança	(117.589)	(122.238)	(353.498)	(310.040)
Depreciação e amortização	(167.002)	(168.668)	(499.236)	(426.063)
Outras administrativas	(53.204)	(68.294)	(172.038)	(171.009)
Total	(1.515.103)	(1.517.555)	(4.375.689)	(3.868.909)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 28 Composição das contas “outras receitas operacionais”

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Outras receitas operacionais				
Comissões e taxas sobre operações	738.696	741.044	2.035.990	1.236.595
Recuperação de despesas	207.961	196.477	579.752	443.119
Reversão de outras provisões operacionais	17.430	363.117	483.683	1.309.295
Rendas de outros créditos	-	146	783	12.564
Receitas de cartões de crédito	32.358	37.719	102.233	203.297
Receitas de dividendos	19.871	810	28.981	14.584
Atualização de depósitos em garantia	52.433	41.711	127.028	114.925
Receitas de títulos de renda variável no exterior	-	-	-	47.324
Demais	226.805	55.033	341.998	158.797
Total	1.295.554	1.436.057	3.700.448	3.540.500

Nota - 29 Composição das contas “outras despesas operacionais”

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Outras despesas operacionais				
Despesas de contribuição ao SFH	(257)	(245)	(759)	(809)
Despesas com FCVS a receber - Provisão/Perdas	(75.741)	(137.031)	(281.299)	(731.920)
Despesas sobre obrig com fundos e programas	(89.017)	(132.345)	(231.578)	(90.448)
Provisão para contingências	(424.193)	(108.567)	(938.015)	(966.567)
EMGEA/UNIÃO	(8.187)	(7.908)	(23.896)	(51.551)
Despesas com revendedor lotérico	(21.118)	(38.096)	(110.930)	(139.111)
Despesas com cartão	(151.057)	(161.755)	(431.409)	(345.810)
Despesas de serviços automatizados	(25.668)	(26.484)	(75.333)	(80.100)
Descontos de operações de crédito	(65.993)	(4.609)	(80.771)	(62.910)
Correspondente não bancário	(261.853)	(239.641)	(727.086)	(544.473)
Instrumento híbrido de capital e dívida - AM	(188.835)	(357.597)	(945.922)	(433.760)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(106.756)	(59.291)	(310.316)	(316.780)
Benefícios sociais	(24.073)	(15.020)	(59.970)	(55.061)
Fundo de investimento do FGTS	(5.365)	(1.558)	(10.111)	(14.561)
Despesas com ágio na aquisição de carteiras comerciais	-	-	-	(9.377)
Despesas com alavancagem de negócios	(22.717)	(21.352)	(65.757)	(61.693)
Condenações judiciais	(156.144)	(152.087)	(450.906)	(386.097)
Despesas com créditos administrados por terceiros	(10.271)	(7.364)	(24.308)	(11.289)
Despesas c/ gestão financ c/ fundo de previdência	(53.115)	(39.814)	(130.315)	(100.877)
Benefício pós-emprego	(134.427)	(134.427)	(403.281)	(454.036)
Atualização dos dividendos - 2008	-	-	-	(133.445)
Demais	(228.265)	(193.131)	(608.271)	(343.198)
Total	(2.053.052)	(1.838.322)	(5.910.233)	(5.333.873)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota - 30 Resultado não operacional

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Receitas não operacionais	99.263	101.037	284.038	248.336
Lucro na alienação de valores e bens	45.712	38.211	110.030	92.125
Alienação de bens imóveis	42.315	53.593	144.958	133.586
Outras rendas não operacionais	11.236	9.233	29.050	22.625
Despesas não Operacionais	(131.724)	(133.662)	(386.533)	(345.294)
Desvalorização de outros valores e bens	(34.235)	(47.274)	(124.482)	(107.297)
Indenizações por perdas e danos	(16.204)	(12.432)	(43.827)	(48.821)
Perdas em Imóveis	(8.939)	(10.251)	(28.782)	-
Prejuízos na alienação de valores e bens	(4.108)	(3.088)	(9.583)	(45.582)
Outras despesas não operacionais	(68.238)	(60.617)	(179.859)	(143.594)
Total	(32.461)	(32.625)	(102.495)	(96.958)

Nota - 31 Despesas tributárias

Descrição	2010			2009
	3º trimestre	2º trimestre	Acumulado 30 de setembro	Acumulado 30 de setembro
Contribuição COFINS	(231.358)	(228.801)	(692.930)	(620.537)
PIS/PASEP	(37.607)	(37.180)	(112.612)	(100.837)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(74.340)	(72.679)	(205.036)	(156.904)
Despesas com IPTU	(1.270)	(4.139)	(36.187)	(32.211)
Outras	(5.801)	(3.884)	(15.740)	(10.397)
Total	(350.376)	(346.683)	(1.062.505)	(920.886)

Nota - 32 Passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nos processos judiciais e administrativos.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(a) Os passivos contingentes estão assim apresentados:

(i) Movimentação dos saldos de provisão

Descrição	2009	2010			
	30 de setembro	30 de junho	Adições	Reversões/ Baixas	30 de setembro
Fiscais	452.893	554.406	12.029	3.939	562.496
- INSS	208.149	262.649	6.999	2.988	266.660
- ISS	101.780	146.002	2.695	635	148.062
- Outros	142.964	145.755	2.335	316	147.774
Cíveis	3.036.260	3.166.937	634.674	451.842	3.349.769
Trabalhistas	2.517.682	2.721.655	288.039	134.718	2.874.976
Outras	487.636	631.643	68.965	-	700.608
Total	6.494.471	7.074.641	1.003.707	590.499	7.487.849

A provisão para contingências fiscais está registrada na conta "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias" (Nota 20(a)), e a provisão para as demais contingências na conta "Outras obrigações - Diversas" (Nota 20(c.2)).

(ii) Composição dos depósitos judiciais:

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Depósitos judiciais	4.243.662	4.152.842	3.790.557
Fiscal	2.369.777	2.294.462	2.085.620
Trabalhista	1.206.275	1.166.793	1.092.904
Cível	667.610	691.587	612.033

(iii) Composição por classificação de risco Provável

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão	Montante/ Provisão
Risco Provável	7.487.849	7.074.641	6.494.471
Perdas e danos	1.175.236	1.173.246	1.321.723
Poupança	1.514.515	1.348.209	1.094.228
Loterias	43.569	40.207	80.425
Crédito imobiliário	204.678	199.923	132.051
Contingenciamento do FGTS	411.771	405.352	407.833
Trabalhista	2.874.976	2.371.655	2.517.682
Fiscais	562.496	394.864	452.893
Outras	700.608	631.643	487.636

(iv) Composição por classificação de risco possível

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não reconhecidos contabilmente:

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Demandas Trabalhistas	42.934	42.780	118.657
Demandas Fiscais	4.628.598	4.295.659	321.490
Demandas Cíveis	1.147.683	1.143.562	1.161.403

(b) Ações trabalhistas e cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade e jurisprudência das Cortes Superiores.

As ações cíveis estão relacionadas com os seus produtos, operações e serviços, principalmente serviços bancários, cadastros restritivos, financiamento do crédito imobiliário, loterias, dentre outros.

De um modo geral as ações têm natureza indenizatória, patrimonial ou moral, ou questionam cláusulas contratuais, mormente no tocante à taxa de juros e saldos devedores ou remanescentes das operações de crédito contratadas.

Quantitativamente sobressaem demandas que contestam os indexadores de planos econômicos em operações ativas e passivas, principalmente depósitos em cadernetas de poupança, que se encontram provisionadas aos critérios descritos na norma vigente.

No que tange a valores, sob a ótica de grupo de ações, são financeiramente significativos os processos que questionam pretensão reparação de danos decorrente do contingenciamento da liberação de recursos do FGTS ocorrido de acordo com as normas vigentes a época.

(c) Ações fiscais

As ações fiscais dizem respeito a tributos federais, estaduais e municipais, tais quais, Imposto de Renda, Contribuição de Melhoria, Contribuições Previdenciárias, IOF, ITBI, IPTU, ISSQN, Taxas e Multas.

(i) A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada pela Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 667.691 de principal, R\$ 500.768 de multa e R\$ 2.856.918 de juros, os quais totalizam R\$ 4.025.377 a valores de 30 de setembro de 2010 (2009 - R\$ 3.910.661, valor total), cuja provisão no valor de R\$ 694.388 foi revertida em setembro de 2009 tendo com base a classificação da ação como possível pelo Jurídico da CAIXA.

O Segundo Conselho de Contribuintes, em sessão no dia 18 de outubro de 2006, por meio do Acórdão 202-17402, deu provimento parcial ao recurso voluntário da CAIXA. Em 03 de

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

setembro de 2007 foi oposto Embargo de Declaração, o qual foi apreciado pelo Segundo Conselho de Contribuintes e encaminhado à DRF/BSB/DF em 14 de março de 2008.

A DRF/BSB/DF, por meio da intimação nº 345/2008, deu ciência à CAIXA dos novos valores do auto, tendo em vista redução do mesmo em decorrência do provimento das matérias julgadas e apresentadas por meio do Acórdão 202-17402, e considerando, também, a negativa de seguimento aos Embargos de Declaração opostos (Despacho nº 202-132 da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes).

Contra o Despacho 202-132 ora aludido, foram opostos novos Embargos de Declaração, em 06/10/2008, e em 15/10/2008 foi interposto Recurso Especial, tendo sido este último admitido pelo Conselho de Contribuintes no âmbito da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual teve seu mérito julgado em 10/12/2009, onde se deliberou pela manutenção da decisão adotada quando da apreciação do Recurso Voluntário anteriormente citada.

A CAIXA foi cientificada do inteiro teor da decisão prolatada no julgamento do Recurso Especial em 07 de junho de 2010, contra o qual decidiu opor Embargos de Declaração em 14 de junho de 2010, que foi apreciado e teve sua apreciação rejeitada, conforme despacho 90303-212, do qual teve ciência em 23/09/10, decidindo, a partir daí, interpor novos Embargos de Declaração, que foram protocolados em 27/09/2010. Ressalte-se caber, ainda, ao se esgotarem as possibilidades na esfera administrativa, ação junto ao Poder Judiciário.

(ii) A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1982 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de setembro de 2010, montam a R\$ 1.441.026 (2009 - R\$ 1.342.926), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 266.659 (2009 - R\$ 208.149).

(iii) As fiscalizações municipais autuaram a CAIXA em diversos Municípios da Federação sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ISS, cujo valor total em 30 de setembro de 2010 corresponde ao montante de R\$ 286.846 (2009 - R\$ 283.959). Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial sopesados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se na provisão ora constituída de R\$ 147.920 (2009 - R\$ 101.779).

(iv) Dentre Outros processos fiscais destaca-se o que a CAIXA vem discutindo perante o Conselho de Contribuintes a materialidade do débito de CSLL decorrente de 3 processos de PERD/COMP não homologadas no valor de R\$ 121.794 (2009 - R\$ 114.885), e com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(v) A CAIXA possui 18 processos relativos a Imposto de Renda, PASEP, Contribuições Previdenciárias e ISSQN, ICMS, os quais, de acordo com a análise dos consultores jurídicos, foram considerados como probabilidade de perda possível e soma R\$ 4.628.598 em 30 de setembro de 2010.

Nota - 33 Partes relacionadas

(a) Remuneração de empregados e dirigentes

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
Benefícios de curto prazo	6.492	4.311	7.015
Proventos	5.292	3.562	5.468
Encargos Sociais	1.200	749	1.547

Em atendimento ao Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987, estão destacadas abaixo as remunerações pagas a empregados e administradores, nelas não são deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994:

Descrição	2010				2009	
	30 de setembro		30 de junho		30 de setembro	
	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$	Administrador R\$	Empregado R\$
Maior Salário	31.628	26.485	30.063	26.485	27.730	24.985
Salário Médio	28.488	4.538	26.969	4.318	23.567	4.153
Menor Salário	23.741	1.600	22.573	1.160	17.055	1.094

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

(b) Operações ativas e passivas da CAIXA com as partes relacionadas

As operações com a CAIXAPAR, Caixa Seguros, Tesouro Nacional e FUNCEF são realizadas no contexto das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica. A CAIXA realiza transações bancárias com as partes relacionadas, como depósitos em conta corrente, depósitos remunerados, prestação de serviços e aluguéis de imóveis:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
ATIVOS			
Rendas a receber	754.334	686.515	652.508
Caixa Seguros	-	-	54.968
OGU - Orçamento Geral da União	754.334	686.515	597.540
Total	754.334	686.515	652.508
PASSIVOS			
Depósitos à vista	271.548	217.221	321.969
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	256.807	209.089	316.314
Caixa Seguros	12.953	5.950	3.626
FUNCEF	1.776	2.104	2.002
CAIXAPAR	11	78	27
Obrigações por operações compromissadas	785.003	839.404	259.488
CAIXAPAR	785.003	839.404	259.488
Repasses do país - instituições oficiais	26	118	(1.136)
OGU - Orçamento Geral da União	26	118	(1.136)
Obrigações diversas	28.060	27.397	25.794
OGU - Orçamento Geral da União	28.060	27.397	25.794
Total	1.084.637	1.084.140	346.628
RECEITAS*			
Rendas de prestação de serviços	314.786	207.575	259.894
Caixa Seguros	243.837	158.719	206.689
OGU - Orçamento Geral da União	70.949	48.856	53.205
CAIXAPAR			
Rendas de participações	390.124	220.767	231.436
Caixa Seguros	-	-	231.436
CAIXAPAR	390.124	220.767	-
Outras receitas operacionais	10.525	6.075	12.507
OGU - Orçamento Geral da União	10.525	6.075	12.507
Total	715.435	434.417	503.837
DESPESAS*			
Despesas com Operações Compromissadas	50.089	31.887	5.056
CAIXAPAR	50.089	31.887	5.056
Despesas administrativas - aluguéis	26.141	17.074	27.992
FUNCEF	26.141	17.074	27.992
Outras despesas operacionais	2.226	1.449	2.407
OGU - Orçamento Geral da União	2.226	1.449	2.407
Total	78.456	50.410	35.455

*As receitas e despesas representam os valores acumulados até a posição informada.

Nota - 34 Benefícios a empregados

A CAIXA realizou no final de 2009 estudos e cálculos previstos na resolução CVM nº 600/2009 que aprovou o CPC 33, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil, para atualização dos custos que proporcionam benefícios a empregados de entidades patrocinadoras de planos de previdência na modalidade benefício definidos, bem como de planos de saúde e auxílio alimentação/cesta alimentação (Nota 19 (c)).

(a) Plano de benefícios - Previdência privada

A CAIXA é patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF), que tem por objetivo a administração de planos de benefícios de natureza previdenciária, nas condições previstas nos regulamentos próprios, havendo atualmente planos de benefício definido e de contribuição definida.

a.1) REG/REPLAN

O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano, cuja última alteração regulamentar ocorreu em 14 de junho de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido, vinculado ao INSS e ao Plano de Cargos e Salários (PCS) do Patrocinador.

O referido plano teve o saldamento de benefícios definido por meio de alteração em seu regulamento. Tal procedimento implica que o valor do Benefício saldado, calculado e reajustado com base no índice do plano, com a desvinculação do salário de participação e da concessão e manutenção do benefício por Órgão oficial de previdência, resulta no cancelamento da contribuição normal para este Plano e na adesão no caso do Participante, a outro Plano de benefícios oferecido pelo patrocinador.

A Contribuição da patrocinadora é estabelecida por meio de avaliação atuarial anual, e em hipótese alguma excederá o total da contribuição normal do participante e do assistido, limitada a 7,85% do total dos salários de contribuição dos associados.

a.2) REB

O Plano de benefícios REB é patrocinado pela CAIXA e FUNCEF e administrado pela FUNCEF. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Com a criação do Plano REB, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

A contribuição da patrocinadora para o REB 1998 é limitada a 8,34% da soma do salário dos empregados participantes do plano. Para o REB 2002 a contribuição é paritária, limitada a 7% do total dos salários de participação dos empregados em atividade.

a.3) Novo Plano

O Plano de benefícios Novo Plano foi aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, tendo seu início operacional em 01 de setembro de 2006. Este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios e nos casos de risco – como invalidez e pensão por morte.

O Novo Plano adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, inclusive do participante auto-patrocinado, será calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre patrocinador e participantes, inclusive assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes, limitado a 12% do total da folha de salários de participação e ao somatório das contribuições normais feitas pelos participantes, inclusive pelos assistidos.

(b) Auxílio-alimentação/Cesta-alimentação

A CAIXA fornece aos empregados e dirigentes o Auxílio-alimentação/Cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Este auxílio é definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2010 a agosto de 2011 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 399,30 (trezentos e setenta e um reais e trinta e centavos) para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2010 a agosto de 2011 é de R\$ 311,08 (duzentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero.

(c) Assistidos PREVHAB

A Caixa administra o saldo remanescente dos recursos garantidores das reservas técnicas dos assistidos oriundos da PREVHAB transferidos da CAIXA Seguros para a CAIXA em 1º de novembro de 2002 decorrente do destrato do contrato de instituição de plano especial de benefícios.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
 Em milhares de reais, exceto quando indicado

(d) Conciliação dos ativos e passivos

Descrição	31.12.2009					
	REG/REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
d.1) Valor presente das obrig. com cobertura	27.479.152	772.600	-	1.537.276	-	5.825
c.2) Valor presente das obrig. sem cobertura	-	-	40.205	22.120	744.355	6.201
d.3) Valor presente das obrig. atuariais (d.1 + d.2)	27.479.152	772.600	40.205	1.559.396	744.355	12.026
d.4) Valor justo dos ativos do plano	(31.584.152)	(852.948)	-	(1.537.276)	-	(5.825)
d.5) Valor presente das obrig. em excesso (inferior) ao valor justo dos ativos	(4.105.000)	(80.348)	40.205	22.120	744.355	6.201
d.6) Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidas	774.288	(47.974)	4.205	(15.999)	(16.956)	(6.113)
d.7) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (d.5 + d.6)	(3.330.712)	(128.322)	44.410	6.121	727.399	88
d.8) Valor não reconhecido como (ativo)/Passivo em decorrência da regra estabelecida	(2.052.500)	(40.174)	-	11.060	-	-
d.9) Passivo/(Ativo) atuarial líquido (d.7 (-) d.8)	(1.278.212)	(88.148)	44.410	(4.939)	727.399	88

Os ativos atuariais líquidos (c.9) não estão registrados nas demonstrações contábeis conforme prerrogativa da norma vigente.

(e) Resumo da movimentação

Descrição	Apuração realizada					
	REG/REPLAN	REB	PREVHAB	Novo Plano	Auxílio e cesta alimentação	Auxílio pecúlio
Passivo (Ativo) atuarial contab. em 31/12/2008	-	-	42.680	104.111	712.423	(620)
Pagamento de contrib. para o Plano	(17.064)	(20.288)	(4.762)	(256.387)	(57.821)	(178)
Despesa / (receita) apurada	(1.261.148)	(67.860)	4.707	147.337	70.818	886
Passivo (Ativo) atuarial líquido	(1.278.212)	(88.148)	42.625	(4.939)	725.420	88
Passivo (ativo) atuarial contab. em 31/12/2009	-	-	42.625	-	725.420	-

(f) Plano de saúde - Saúde CAIXA

Desde 1977, a CAIXA oferece assistência a saúde aos seus empregados e familiares, por meio do Saúde CAIXA - um programa instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, nutricional e de serviços sociais, com atendimento realizado por rede de credenciados e sistema de reembolsos de abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos dependentes inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados à FUNCEF, ao PREVHAB, ao Fundo PMPP e ao INSS.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Na composição da receita do Saúde CAIXA, conforme alteração implantada em 2004, a CAIXA participa com a contribuição mensal correspondente a 70% das despesas assistenciais, com o mínimo de 3,5% sobre a despesa com pessoal, e o beneficiário titular contribui com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% de sua remuneração-base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitada ao teto anual.

O plano Saúde CAIXA não possui ativos financeiros, portanto a provisão calculada corresponde ao valor da obrigação atuarial. A obrigação atuarial, que representa o valor presente atuarial dos benefícios pós-emprego, relativa aos atuais aposentados e pensionistas foi calculada considerando que esses grupos já cumpriram integralmente o tempo de serviço.

Quanto aos empregados ainda em atividade a provisão atuarial foi calculada considerando-se a proporção entre o tempo de serviço na data da avaliação e o tempo de serviço na data da aposentadoria.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 5.071.304 (2009 - R\$ 4.633.836) e a despesa para o período acumulado até 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 342.641 (2009 - R\$ 266.236), e os desembolsos referentes aos pagamentos dos benefícios do período montam R\$ 37.385.

(g) Resumo dos passivos atuariais (nota 20 (c.1))

Especificações	Saldo em 30.09.2009	Saldo em 31.12.2009	Saldos em 30.06.2010	Ajuste apurado	Saldo em 30.09.2010
PREVHAB	44.354	42.625	43.161	408	43.569
Auxílio e cesta alimentação	723.715	725.420	650.181	(15.772)	634.409
SAÚDE CAIXA	4.633.836	4.766.048	4.974.304	97.000	5.071.304
Total (i)	5.401.905	5.534.093	5.667.646	81.636	5.749.282

(i) a diferença entre o valor contabilizado e o valor do estudo realizado encontra-se dentro das normas contábeis vigentes – nota 4 (r).

(h) Premissas econômicas

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais foram as seguintes:

Especificações	2009	2009
	SAÚDE CAIXA	Outros planos (i)
Taxa para desconto da obrigação atuarial	10,91% a.a.	11,03% a.a.
Taxa de rendimento total esperada sobre ativos do plano	10,91% a.a.	11,08% a.a.
Crescimento salarial real	1,04% a.a	-.

(i) refere-se aos planos de previdência privada, auxílio pecúlio e auxílio e cesta alimentação. As taxas consideram o efeito da inflação.

(i) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

i.1) REG/REPLAN, REB e Novo Plano: A administração da CAIXA adotou como procedimento não registrar ganhos atuariais face (i) aos compromissos previdenciários remanescentes desses planos; (ii) às oscilações que poderiam afetar o valor justo dos ativos dos planos e (iii) à capacidade de realização de ganhos atuariais à luz da legislação vigente.

i.2) Saúde Caixa: as perdas atuariais relativas a esse passivo que ultrapassaram o limite definido na nota 4(r) serão reconhecidas pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do plano.

(j) Participação dos empregados nos lucros

Foi destacado para pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o montante de R\$ 291.521 (2009 - R\$ 308.571).

Nota - 35 Gerenciamento do Risco Corporativo

A CAIXA adota as melhores práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

A gestão de riscos é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da Instituição.

As estruturas de gerenciamento de riscos estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco e claramente comunicados a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

(a) Basiléia II

As ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capitais de Basiléia II são coordenadas por um projeto estratégico e supervisionadas pela unidade de risco corporativo da Vice-Presidência de Controle e Risco. O Projeto foi aprovado pelo Conselho Diretor e reflete o devido reconhecimento e a priorização estratégica atribuída pela Administração à implantação das melhores práticas de gestão de riscos.

O Projeto visa assegurar o aprimoramento, desenvolvimento, implantação e certificação dos modelos básicos/padronizados e internos / avançados de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, além de diversas ações de capacitação de recursos humanos e disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição.

A CAIXA atendeu integralmente as exigências do Banco Central do Brasil relacionadas às etapas de implantação do Novo Acordo no Brasil, o que lhe permitiu apresentar sua candidatura para uso de modelo interno / avançado de risco de mercado, e continua a evoluir suas práticas, processos, modelos e sistemas com o objetivo de habilitar a instituição a adotar os modelos

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

internos nas demais categorias de riscos, em conformidade com o cronograma de implantação definido pelo BACEN.

A Instituição reconhece que os ganhos oriundos da implantação completa do Novo Acordo vão além dos eventuais benefícios de redução da exigência de capital e reforçam a prioridade estratégica dada ao gerenciamento de riscos como pilar essencial da sustentabilidade, da responsabilidade empresarial e do cumprimento da missão estratégica da CAIXA.

(b) Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar, conforme esta as Resoluções do CMN nº. 3.444/2007 e 3.490/2007, que definem a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Exigido:

	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (NÍVEL I + NÍVEL II - DEDUÇÕES)	33.076.326	30.571.675	23.097.026
NÍVEL I	17.676.107	15.286.397	11.939.465
Patrimônio Líquido	15.791.355	14.295.214	12.339.455
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível I do PR	2.305.579	1.993.878	-
Reservas de Reavaliação	(484.131)	(495.672)	(530.503)
Créditos Tributários Excluídos do Nível I do PR	(423.859)	(423.859)	(336.996)
Ativo Permanente Diferido	(66.230)	(78.115)	(111.037)
Ajuste ao Valor de Mercado	(6.191)	(5.049)	(2.830)
Adicional de Provisão ao Mínimo Estabelecido pela 2.682/1999	-	-	581.376
Excesso de Crédito Tributário em Relação ao PR de Nível I	-	-	-
NÍVEL II	15.401.465	15.286.397	11.162.400
Reservas de Reavaliação	484.131	495.672	530.503
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	9.911.717	9.877.238	5.954.053
Instrumentos de Dívida Subordinada	4.999.425	4.908.438	4.675.014
Ajuste ao Valor de Mercado	6.191	5.049	2.830
Excesso de Capital de Nível II em Relação ao Nível I	-	-	-
DEDUÇÕES DO PR	(1.246)	(1.118)	(4.839)
Participação em instituição financeira no exterior	(1.246)	(1.118)	(4.839)
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	21.356.480	19.684.773	15.801.481
Risco de Crédito	19.689.752	18.056.358	14.508.659
Risco de Mercado	46.144	38.748	106.247
Risco Operacional	1.620.583	1.589.667	1.186.575
MARGEM DE CAPITAL (PR - PRE)	11.719.846	10.886.902	7.295.545
ÍNDICE DE BASILÉIA (PR x 100) / (PRE / 0,11)	17,04	17,08	16,08

(c) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, além de perdas decorrentes da desvalorização de contratos de crédito como reflexo da deterioração na classificação de risco do tomador, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação e dos custos de recuperação.

Como parte do aprimoramento constante do processo de Gestão de Risco de Crédito, a CAIXA possui como rotina anual a aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração das revisões de suas políticas, estratégias e limites de exposição.

O monitoramento do risco de crédito consiste no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no aperfeiçoamento, apuração e elaboração de inventários de seus modelos, além do monitoramento de concentrações e identificações de novas variáveis que possam refletir no risco de crédito.

Visando mitigar o risco, todas as exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco por modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, o que possibilita mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

Modelos de *Credit Scoring* ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação são utilizados nas novas contratações onde, no máximo anualmente, são reavaliadas por meio de modelos de *Behavior Scoring* nas exposições de varejo e reavaliação de *rating* nas demais.

O monitoramento das exposições ao risco de crédito ocorre pelo controle dos indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital, o que possibilita ampla visão do perfil do risco por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros, e pela adoção de medidas de mitigação de risco, quando necessário.

Dentre as atividades realizadas pela área de gestão de risco de crédito de carteira destaca-se ainda, a calibração dos modelos de monitoramento de risco de carteira com realização de *backtesting* e verificação de aderência, participação ativa na avaliação de riscos principalmente na criação e reposicionamento de produtos, monitoramento da provisão frente às perdas esperadas e inesperadas. A gestão do risco de crédito está presente também na apresentação de propostas, acompanhamento e avaliação de metodologias e ferramentas que busquem a mitigação dos riscos de concentração e das operações de crédito.

Os processos desenvolvidos passam por revisões periódicas visando as melhores práticas do mercado e atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores. Cabe salientar que todos os processos e modelos utilizados são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma de monitoração, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

(d) Risco de Mercado

A área de risco da CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros e preços de ações e de mercadorias (*commodities*).

Os princípios, valores e diretrizes adotadas no gerenciamento desta categoria de risco são estabelecidos pelo Conselho de Administração por meio da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, com definição de limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição.

A Identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam diminuir a volatilidade dos resultados da Instituição, o seu alinhamento às melhores práticas de mercado e o atendimento à exigência legal.

Carteira de negociação

Para a mensuração da exposição a risco de mercado da carteira de negociação, em cenário de normalidade a CAIXA adota modelo paramétrico de VaR, com horizonte de tempo de previsão de um dia e nível de confiança de 99%, cuja acurácia é apurada por meio de dois testes: o primeiro baseado na metodologia proposta no Acordo de Basileia e o segundo, no teste de proporção de falhas de Kupiec, a partir do número de violações, que consiste em verificar quando a perda não realizada supera o VaR calculado.

A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade⁽¹⁾			
Fatores de Risco	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
PRE	1,7	0,8	22,5
Cupom IGP	0,2	0,3	0,3
Cupom IPCA	0,9	0,2	1,5
Cupom SELIC	0	0	0,2
Cupom TR	0	0	0
CDI	0	0	0
VaR sem ED ⁽²⁾	2,8	1,4	24,4
VaR com ED ⁽²⁾	1,6	1,2	23,5

(1) Os valores do VaR de 03/06/2009 e de 31/03/2010 foram recalculados em razão de alterações nos parâmetros do modelo

(2) Efeito Diversificação

Em complementação a visão fornecida pelo cálculo do VaR foi estabelecido um Programa de Testes de Estresse que adota cenários históricos, prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento de risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

A área de risco reporta a Alta Administração, diariamente, sobre os níveis de exposição a risco de mercado da carteira de negociação e o cumprimento dos limites estabelecidos

Operações não classificadas na carteira de negociação

Visando gerir as operações não classificadas na carteira de negociação de forma a assegurar que o Patrimônio de Referência - PR - seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela instituição, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira negociação considerando a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

As operações não classificadas na carteira de negociação da CAIXA englobam:

- Títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, nos termos da regulamentação vigente.
- Operações ativas - carteiras comercial, habitacional, saneamento e infra-estrutura.
- Operações passivas - captações e depósitos com e sem vencimento definido.

A metodologia de mensuração do risco das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros fundamenta-se nos conceitos apresentados no documento *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards - A Revised Framework – Comprehensive Version* e nas premissas contidas no documento *Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*. Em complemento a esta mensuração é realizado, mensalmente, teste de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº. 3.365/07.

O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento do limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Instrumentos Financeiros – Valor marcado a mercado

A comparação entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2009
ATIVO									
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	-	96.279	154.236	-	96.279	154.236	-	-	-
Aplicações em Operações Compromissadas	35.498.502	31.459.173	54.685.858	35.500.622	31.448.575	54.688.969	2.120	(10.598)	3.111
Titulos e Valores Mobiliários e Instr. Financ.	108.167.082	110.112.798	108.516.716	109.427.276	110.038.561	109.183.881	1.260.194	(74.237)	667.165
Títulos para negociação	36.534.892	37.083.545	31.946.982	36.534.892	37.083.545	31.946.982	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	2.020.495	1.311.067	1.604.506	2.020.495	1.311.067	1.604.506	-	-	-
Títulos mantidos ate o vencimento	69.611.694	71.718.185	74.965.228	70.871.889	71.643.948	75.632.393	1.260.195	(74.237)	667.165
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	165.076.049	151.282.177	113.765.033	167.655.959	153.955.400	113.245.015	2.579.910	2.673.223	(520.018)
Comercial	54.428.836	52.548.779	41.764.391	63.483.489	63.584.602	45.307.719	9.054.653	11.035.823	3.543.329
Habitação	97.911.303	86.907.225	62.843.947	94.854.496	81.388.199	60.869.483	(3.056.807)	(5.519.026)	(1.974.464)
Infraestrutura/Desenvolvimento	10.440.330	9.696.315	7.349.732	6.370.926	6.213.714	4.780.556	(4.069.404)	(3.482.601)	(2.569.176)
Outros Créditos	2.295.580	2.129.858	1.806.963	2.947.048	2.768.885	2.287.257	651.468	639.027	480.294

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Descrição	Valor de Referência			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber no Período		
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2009
PASSIVO									
Captações de Recursos	36.686.146	32.226.334	24.301.203	38.263.398	32.319.934	24.261.667	1.577.252	93.600	(39.536)
CDB/RDB	27.789.369	26.393.738	22.381.093	29.152.662	26.250.700	22.097.221	1.363.293	(143.038)	(283.872)
LCI / LH	8.896.777	5.832.596	1.920.110	9.110.736	6.069.234	2.164.446	213.959	236.638	244.336
Captação em Operações Compromissadas	68.189.976	68.592.786	67.823.852	70.021.654	70.372.238	68.542.623	1.831.678	1.779.452	718.771
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	53.185.963	40.968.222	32.316.893	45.363.740	41.201.922	34.767.393	(7.822.223)	233.700	2.450.500
Exterior	25.019	8.214	11.782	23.442	8.149	10.053	(1.577)	(65)	(1.729)
Tesouro	29.078	28.435	26.764	26.772	26.770	26.756	(2.306)	(1.665)	(8)
FGTS	42.184.425	37.570.954	28.790.189	42.102.733	38.127.484	31.620.980	(81.692)	556.530	2.830.791
BNDES	1.125.972	952.478	835.479	1.152.143	890.958	802.075	26.171	(61.520)	(33.404)
Depósitos não remunerados	2.296.295	2.408.141	2.652.679	2.058.649	2.148.562	2.307.530	(237.646)	(259.579)	(345.149)
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida	12.713.315	12.524.479	5.954.053	13.324.495	12.419.847	5.613.055	611.180	(104.632)	(340.998)

Determinação de valor marcado a mercado dos instrumentos financeiros

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade.

Os preços de negociação dos instrumentos financeiros da carteira de negociação no mercado secundário são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

O processo de marcação a mercado das operações não classificadas na carteira de negociação é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

As estruturas a termo de taxas de juros são estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco, devido a variações nas taxas de juros. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475 de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela alta administração, ao qual a CAIXA estava exposta em 30 de setembro de 2010, incluíram todas as operações com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados apurados estão sintetizados no quadro a seguir

:

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº. 475

Instrumentos Financeiros - 30 de setembro 2010 – R\$				
Descrição	Risco	Cenário Provável	variação de 25%	variação de 50%
PREFIXADO	aumento de taxa de juros	(69.154.408)	(1.640.864.450)	(3.117.444.153)
ÍNDICE DE PREÇOS	aumento de cupons de índice de preços	(42.065.808)	(1.018.052.528)	(1.969.784.597)
TR/TBF/TJLP	aumento de cupom de TR	(110.144.893)	(2.298.044.373)	(3.827.064.016)
VARIAÇÃO CAMBIAL	queda nas taxas de cambio	(4.967)	(125.327)	(253.123)

(e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de que o preço de liquidação de ativos seja diferente do seu preço marcado a mercado devido ao volume das operações ou de situações de mercado e de que a instituição não tenha recursos para honrar seus compromissos ou ainda tenha dificuldades em obter novos recursos por um preço compatível.

Visando manter a exposição ao risco de liquidez em níveis aceitáveis, foram estabelecidas pelo Comitê de Risco regras para administração deste risco, com definição de práticas, processos e procedimentos, modelos e reportes.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações da CAIXA e da mensuração do potencial diário de negociação de títulos existentes em sua carteira de títulos e valores mobiliários, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com definição de parâmetros para identificação de crises, responsabilidades e procedimentos a serem seguidos pelas unidades e instâncias envolvidas para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início de possível crise.

Esta ferramenta de gestão visa não só identificar previamente, mas aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando potenciais efeitos na continuidade dos negócios da instituição, na sua capacidade de geração de resultados e na sua imagem.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Controle e Risco e de Finanças, mensalmente, ao Comitê de Risco e, trimestralmente, ao Conselho de Administração.

(f) Risco Operacional

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, visto que a eficiente gestão dessa categoria de risco é fator estratégico para a Empresa.

Definição de Risco Operacional

O risco operacional (RO) é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou

de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento de risco operacional da CAIXA está pautado nas melhores práticas de mercado e no cumprimento das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, visto que a eficiente gestão dessa categoria de risco é fator estratégico para a Empresa.

Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional implantada na CAIXA, está em consonância com as diretrizes da Empresa, além de ser compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição.

Está prevista na Política de Gerenciamento de Risco Operacional da CAIXA, na qual estão definidos princípios, papéis e responsabilidades e conta com ativa participação do Comitê de Risco, e dos Conselhos Diretor e de Administração.

Essa estrutura está comprometida com o ambiente adequado e a eficiência do processo de gerenciamento dessa categoria de risco, com a transparência e divulgação de informações para o público interno e para o mercado, bem como, com o alcance do disposto na Resolução 3.380, publicada pelo Banco Central do Brasil em 29 de junho de 2006.

A área responsável pelo gerenciamento de risco operacional atua de forma segregada das áreas negociais e da auditoria interna, o que permite preservar a independência na gestão desse risco.

Assim, tem como fundamento identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, estando capacitada a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da CAIXA.

Identificação de Risco Operacional

Identificação

Na identificação do risco operacional são considerados tanto os fatores externos quanto os fatores internos que podem afetar adversamente os resultados financeiros da Empresa.

O processo de identificação dos riscos operacionais permeia toda a Instituição. Alcança desde os produtos e serviços a serem lançados, até aqueles já disponíveis aos clientes.

As análises para identificar a exposição ao risco operacional alcançam também as diferentes áreas da CAIXA, por meio do mapeamento nas Gerências Nacionais, Superintendências e Vices-Presidência da Empresa.

Outro método para identificar os riscos operacionais aos quais a CAIXA está exposta, é a auto-avaliação do risco operacional, adaptada da metodologia CRSA (*Control & Risk Self Assessment*). Essa auto-avaliação é apresentada sob a forma de questionários eletrônicos, nos quais são formuladas perguntas aos gerentes/gestores sobre a possibilidade de ocorrência de eventos de riscos operacionais, bem como sobre o nível de criticidade e os controles adotados para mitigar esses riscos.

Avaliação

A avaliação do risco operacional é dividida em: avaliação qualitativa e avaliação quantitativa.

1 Avaliação Qualitativa

Na avaliação qualitativa obtém-se o perfil de risco da Instituição por atividades e/ou áreas, que é realizado por meio de mapeamento e de auto-avaliação.

O processo de mapeamento permite que os riscos operacionais identificados nas áreas possam ser avaliados levando em consideração aspectos de relevância, necessidade de mitigação e tendência. A auto-avaliação permite também avaliar os valores envolvidos nas ocorrências potenciais e serve como forma de divulgação dos conceitos envolvidos no gerenciamento dos riscos operacionais.

2 Avaliação Quantitativa

Na avaliação quantitativa são estabelecidas métricas, com o objetivo de analisar o histórico das perdas, projetá-las para períodos futuros verificando possíveis impactos financeiros e realizar o cálculo para alocação de capital.

Cálculo para Requerimento de Capital

A metodologia de medição da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (P_{OPR}) adotada na CAIXA é a Abordagem Padronizada Alternativa (APA).

No entanto, a CAIXA pretende apresentar sua candidatura para a implantação do modelo interno - método de mensuração avançada. Para tal, ao longo dos últimos anos, está em desenvolvimento/aprimoramento um conjunto de ações para que em 2013 (conforme cronograma divulgado pelo BACEN) essa candidatura possa ocorrer.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para RO requerem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle, e como resultado espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (interna e/ou externa), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros para mitigar a exposição ao risco operacional. São conhecidas por modelo interno por necessitarem de várias informações da própria instituição.

O método interno requer maior número de variáveis a serem analisadas, maior eficiência e sofisticação no gerenciamento de risco operacional, o que conseqüentemente, implicará na diminuição do capital regulamentar a ser alocado, quando comparado com os métodos padronizados.

O método interno requer no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Base de dados internos - A base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade. Essas informações contêm

maior detalhamento das características das perdas, o que permite a análise adequada dos riscos materializados na forma de despesas.

- Base de dados externos – Essa base auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Fatores de controle interno e de ambiente de negócios - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a instituição está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição. A escolha de cada fator precisa ser avaliada e justificada como significativo para compor a base de dados. Espera-se que essas informações sejam fornecidas ou validadas pelos gestores e especialistas da instituição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações. Da mesma forma que as bases de dados externos, as informações obtidas na análise de cenários são, frequentemente, recomendadas para eventos nunca ocorridos ou de baixa frequência.

Exceto o segundo elemento, os demais são objetos de estudo, desenvolvimento e/ou aprimoramento na Área responsável pelo gerenciamento de risco operacional na CAIXA.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

As ações de monitoramento, mitigação e controle operacional são objetos de atenção especial, visto que: dão continuidade ao ciclo de gerenciamento iniciado na atividade de identificação do risco operacional e demonstram, por meio dos índices de solidez e sustentabilidade da Empresa, a efetividade desse gerenciamento.

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de proporcionar a tomada de decisão de ações de mitigação. Também são monitorados sistematicamente informações que atuam como indicadores da exposição da instituição às ocorrências dos eventos de risco operacional.

O foco nas medidas preventivas é um norte gerencial dado pela Instituição para que as falhas não ocorram e caso ocorram, tenham impacto reduzido.

O controle operacional dos produtos e serviços a serem lançados é realizado por meio de ferramenta específica, com capacidade para gerar sistematicamente informações sobre a implementação das medidas corretivas recomendadas.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da Instituição, por meio de seu Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA, pronto para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA.

Outro elemento-chave no processo de gerenciamento do risco operacional é a gestão da Segurança da Informação, cujo envolvimento de todas as áreas da Empresa na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa, resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da CAIXA.

Destacam-se, neste trimestre: a criação do tomo específico na coletânea de Manuais Normativos da CAIXA regulamentando a elaboração dos demais manuais associados ao programa de continuidade. Também merece destaque a aprovação, pelo Comitê de Risco, do Plano Diretor de Segurança da Informação – PDSI, que apresenta um conjunto de iniciativas que visam garantir os ativos de informação da CAIXA.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o gerenciamento de risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade desse gerenciamento.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado, com o objetivo de integrar a transparência à rotina da Empresa e demonstrar o compromisso da CAIXA com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

O relatório referente à estrutura de gerenciamento de risco operacional da CAIXA está disponível no endereço: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Nota - 36 **Eventos subsequentes**

Banco Panamericano

O Grupo Silvio Santos, na qualidade de principal acionista controlador do Banco Panamericano S.A., decidiu aportar na instituição, mediante crédito na conta “Depósito de Acionista”, o valor de R\$ 2,5 bilhões, obtidos mediante operação financeira contratada com o FGC - Fundo Garantidor de Créditos, integralmente garantida por bens do patrimônio empresarial do Grupo, com o objetivo de suportar os ajustes mencionados no item subsequente, sem qualquer alteração no capital social ou no patrimônio líquido da instituição.

O aporte de recursos realizado visa assegurar o equilíbrio patrimonial e ampliar a liquidez operacional do Banco Panamericano, assim permitindo que não houvesse qualquer tipo de prejuízo aos sócios, clientes e colaboradores do Banco.

Conforme previsto no acordo assinado entre os acionistas, a Caixa Participações, subsidiária integral da CAIXA, passa a ter representantes na Diretoria do Banco e após o trâmite das demais formalidades legais, a CAIXAPAR passará também a compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria do Banco Panamericano.

A implementação do acordo entre os acionistas mantém inalterados os percentuais de participação da CAIXAPAR quando da aquisição de ações do Banco, ou seja, 49% do total das ações ordinárias e 36,56% de participação no capital total do Banco Panamericano.

Nota - 37 Outras informações**(a) Administração de entidades sociais**

Patrimônios líquidos dos Fundos e Programas Sociais administrados pela CAIXA:

Entidade	2010		2009
	30 de setembro	30 de junho	30 de setembro
PIS	27.318.216	28.470.828	25.702.774
FGTS	33.881.590	32.999.547	30.789.531
FAR	4.601.509	4.630.574	4.195.699
FDS	1.223.539	1.121.557	901.867
FAS	29.533	28.614	30.630
PCE	-	-	17.834
FGS	35.640	71.141	184.154
FIEL	48.447	47.562	45.413
FGHAB	114.096	101.892	84.545
FCA	3.560	2.109	-
FGCN	1.175.361	1.155.084	-
FCE	-	-	-
Total	68.431.491	68.628.908	61.952.447
FCVS (i) *	(87.385.595)	(86.662.705)	(83.516.964)

* posição Agosto/2010

(i) A obrigação pela cobertura do patrimônio líquido negativo do FCVS é exclusiva da União.

(b) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 82.404 (2009 - R\$ 66.812), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(c) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 32.480 (2009 - R\$ 34.113).

A lei nº 8.036/1990 institui em seu art. 7º item IX, incluído pela Lei nº 11.491/2007, que cabe à CAIXA na qualidade de agente operador garantir aos recursos alocados ao FI – FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável as contas vinculadas de TR + 3% a.a. Para tanto, é constituída provisão no montante de R\$ 83.088 (2009 - R\$ 61.302)

(d) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007 de 19 de novembro de 2007.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas em 30 de setembro de 2010 e de 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado

O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 155.617 (2009 - R\$ 142.986).

Maria Fernanda Ramos Coelho
Presidenta

Carlos Antonio de Brito
Vice-presidente

Carlos Augusto Borges
Vice-presidente

Clarice Coppetti
Vice-presidente

Édilo Ricardo Valadares
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Jorge Fontes Hereda
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Marcos Roberto Vasconcelos
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Raphael Rezende Neto
Superintendente Nacional
Contador CRC 9.037/O-0 - DF